

RELATÓRIO ANUAL



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



RELATÓRIO ANUAL 2023



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

Antonio Flávio de Oliveira

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Melissa Torres Silveira

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Alexandre Brandão Rodrigues

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Marcelo Candiago

CORREGEDOR-GERAL

Marcelo Turela de Almeida

DEFENSORA PÚBLICA CHEFE DE GABINETE

Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES DE GABINETE

Gustavo Brunet de Souza

Clevenice Scopel

Patrícia Pithan Pagnussatt Fan

Walter Luchese Willig

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES INSTITUCIONAIS

Caroline Lima e Silva Mazzola Panichi

Marcelo Martins Piton

Sabrina Backes

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES JURÍDICOS

Arion Escorsin de Godoy

Aline Palermo Guimarães

Flávia Rumi Steinbruch

Fabício Azevedo de Souza

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES ADMINISTRATIVOS

Marcos Vinicius Martins

Tatiana Kosby Boeira

SUBCORREGEDORA-GERAL

Silvia Pinheiro de Brum

DEFENSORAS PÚBLICAS-CORREGEDORAS

Adriana Schefer do Nascimento

Alessandra Quines Cruz

Barbara Lenzi

Fabiane Ruperti Lontra

CENTRO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (CECADEP)

Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

OUVIDOR-GERAL

Rodrigo de Medeiros Silva

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Felipe Daroit

TEXTOS

Camila Schäfer

Felipe Daroit

DIAGRAMAÇÃO

Sandrine Monte Knopp

REVISÃO

Camila Schäfer

Francielle da Silva Caetano

Lauren Willers Müller

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Felipe Daroit

REALIZAÇÃO

Assessoria de Comunicação Social

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Palavra do Defensor Público-Geral do Estado	6
A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	8
Números de atendimentos e petições	12
Organograma	14
Gabinete do Defensor Público-Geral	15
Subdefensoria Institucional	18
Subdefensoria Administrativa	23
Subdefensoria Jurídica	30
Áreas de atuação	35
Cível	36
Consumidor e tutelas coletivas	39
Criança e adolescente	42
Criminal	45
Defesa agrária e moradia	48

Direitos humanos **51**

Execução penal **54**

Direitos das famílias **57**

Mulher **60**

Saúde **63**

Igualdade étnico-racial **66**

Pessoa idosa **69**

População LGBTQIA+ **72**

Pessoas com deficiência **75**

Ambiental **78**

Por dentro da Defensoria 81

Conselho Superior **82**

Corregedoria-Geral **83**

Ouvidoria-Geral **85**

Assessoria de Comunicação Social **87**

PALAVRA DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO



Prestes a completar 30 anos em 2024, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul se destaca cada vez mais e reforça a garantia de igualdade para todos, sendo uma das mais relevantes instituições públicas do Estado, sempre comprometida com a democracia e trabalhando para construir uma sociedade fraterna e igualitária.

Os dados presentes neste Relatório Anual, que compreende o período de setembro de 2022 a setembro de 2023, demonstram o quanto milhares de pessoas dependem da nossa instituição. Embora tenhamos o menor orçamento dos integrantes do sistema de justiça, **batemos recorde de atendimentos. Foram 2,1 milhões nos últimos 12 meses, ou seja, 5% a mais que no Relatório anterior.** É a primeira vez que atendemos um número tão grande de pessoas em um único ano.

Nossa gestão também foi responsável por outro marco: a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul criou e enviou ao Parlamento o **Plano de Carreira dos Servidores Públicos**, projeto mais do que justo e necessário. O PL 146/2021 foi aprovado no fim de 2022 pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Eduardo Leite em janeiro de 2023.

Não posso deixar de lembrar que a crise econômica que ainda assola o país segue causando fortes impactos. A prova disso é que **284 mil novos assistidos buscaram acesso à justiça gratuita por meio da Defensoria Pública**, 10% a mais que no período anterior. Para atender a essa demanda, priorizamos sempre a empatia, o olho no olho, pois jamais trataremos uma pessoa como um simples processo. Valorizar o senso de humanidade é uma marca da instituição.

Nestes 12 meses, realizamos dezenas de mutirões pelo Estado, bem como campanhas e ações nas mais diversas áreas de atuação, fomentando sempre que possível a resolução dos conflitos de maneira extrajudicial.

Recentemente, em setembro e outubro de 2023, estivemos presentes no **Vale do Taquari**, atuando, desde o início, para assegurar aos moradores afetados pelas enchentes a suspensão dos pagamentos das contas de água e luz. Nossos servidores também foram incansáveis no transporte e na entrega de donativos aos milhares de moradores que perderam tudo.

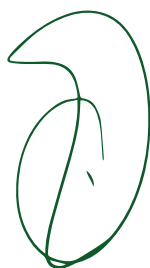
Creio que nosso trabalho de gestão, aliado à experiência, está tornando a Defensoria cada dia maior. Hoje, **estamos atendendo em todas as comarcas do Estado** e as inaugurações de sedes novas não param. No último ano, entregamos 42 obras envolvendo novas sedes e estruturação de salas das Defensorias nos Fóruns, proporcionando mais conforto, segurança e acessibilidade aos assistidos, servidores, defensores, voluntários e terceirizados.

Atentos à rapidez que o mundo contemporâneo exige, ampliamos e reforçamos nossa atuação na área de Tecnologia da Informação e já estamos iniciando projetos para o **uso de Inteligência Artificial (IA) no âmbito da Defensoria Pública.**

A relação com os demais Poderes e instituições autônomas está cada vez mais fortalecida. Nesse mesmo sentido, estivemos presentes nos principais debates sobre o presente e o futuro do Rio Grande do Sul, através do **Conselho de Estado**.

Expresso meu agradecimento e meu sentimento de enorme gratidão aos defensores, servidores, estagiários, terceirizados e voluntários que trabalham incansavelmente para que a população em situação de vulnerabilidade exerça seus direitos, tenha voz e seja acolhida.

Somos a Defensoria Pública, uma instituição de quase três décadas, apontada em pesquisa realizada há alguns anos como a instituição de confiança dos gaúchos. Reafirmamos nosso compromisso com a sociedade e continuaremos sempre presentes e atentos, **atuando em prol da justiça e do exercício de humanidade em favor de quem mais precisa**.



Antonio Flávio de Oliveira
Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é oferecer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica, de conformidade com o **artigo 134 da Constituição Federal**.

São consideradas vulneráveis as pessoas que, em razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e à igualdade entre as partes, bem como de zelar pela efetivação dos direitos fundamentais a todos, a Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, a efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

MISSÃO

Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício dos direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

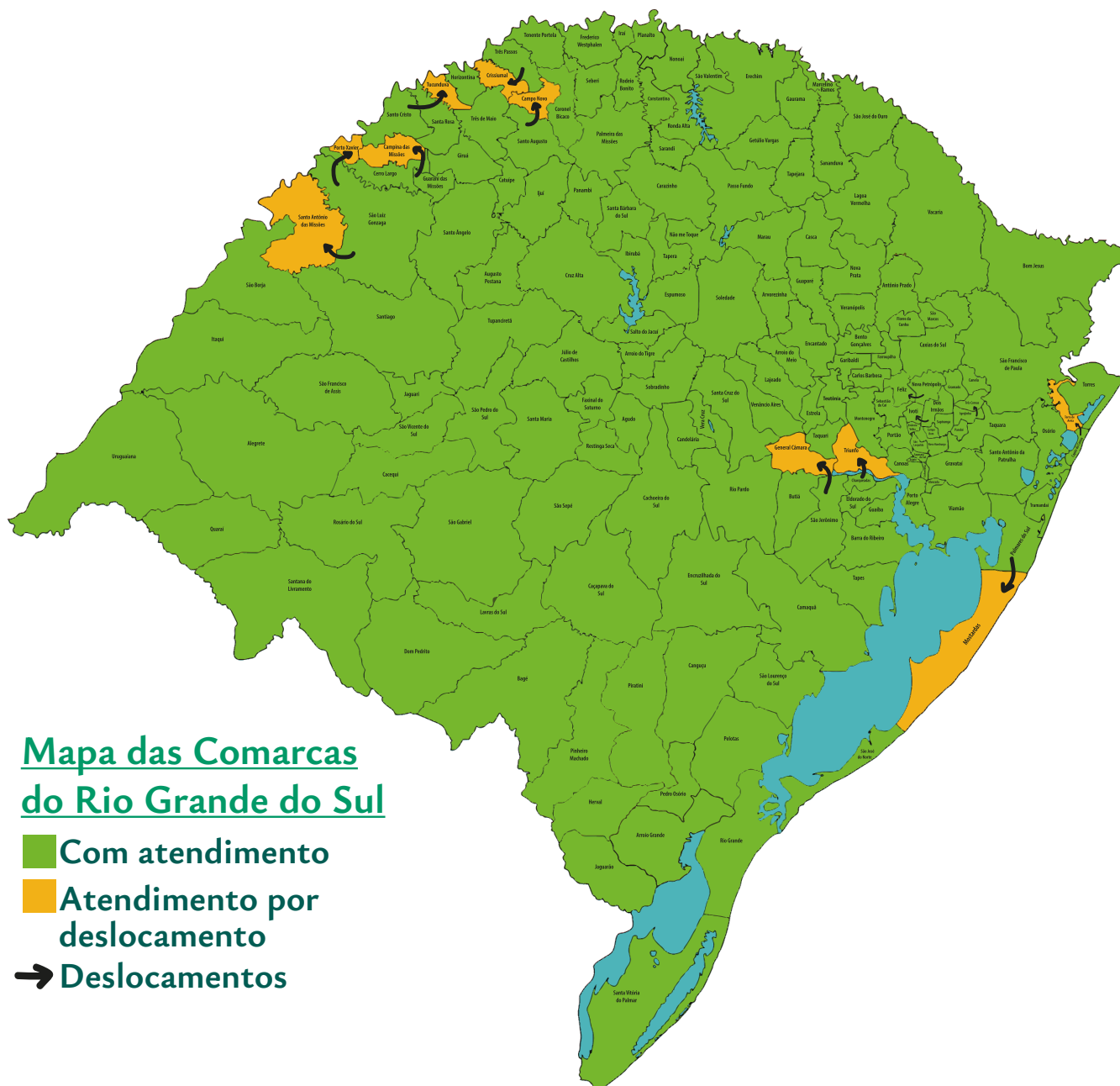
VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

VALORES

Ética e Respeito.
Foco em Resultado.
Confiabilidade e Credibilidade.
Valorização das Pessoas.
Acolhimento e Humanidade.
Comprometimento e Engajamento de Todos.
Transparência.

ONDE ESTAMOS



Mapa das Comarcas do Rio Grande do Sul

- Com atendimento
- Atendimento por deslocamento
- Deslocamentos

QUEM SOMOS

DEFENSORES PÚBLICOS

447

SERVIDORES

230
analistas

417
técnicos

ESTAGIÁRIOS

1.315
remunerados

203
voluntários

NÚMEROS DE ATENDIMENTOS E PETICIONAMENTOS

2,1 MILHÕES

DE ATENDIMENTOS

284 MIL

NOVOS ASSISTIDOS

(total de 2.436.843 cadastrados desde 2015, quando foi criado o Portal da Defensoria Pública)

Áreas mais demandadas dos atendimentos

Cível: **997.058**

Família: **526.919**

Criminal: **208.108**

Jefaz/Turma Recursal da Fazenda Pública: **135.211**

Execução Penal: **118.669**

Jij - Cível: **79.593**

Fazenda Pública: **33.682**

Violência Doméstica (Ofensor/Réu): **20.538**

Violência Doméstica (Vítima): **9.485**

Jecrim/Turma Recursal Criminal: **7.841**

Jecível/Turmas Recursais Cíveis: **7.351**

Jij - Ato Infracional: **6.192**

Procedimento Administrativo: **2.894**

Jij - Medida Socioeducativa: **2.648**

Tutelas Coletivas: **270**

Infância e Juventude: **132**

NÚMEROS DE ATENDIMENTOS E PETICIONAMENTOS

2.013.303 
INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS

(31% a mais do que o registrado no período do relatório anterior)

25.708 
PROCESSOS FÍSICOS

(82% a menos do que o registrado no período do relatório anterior)

2,1 MILHÕES 
DE PETICIONAMENTOS*

(31% a mais do que o registrado no período do relatório anterior)

**solicitações feitas pelos defensores públicos à justiça*

Áreas mais demandadas dos petições

Cível: **511.065**

Família: **323.216**

Criminal: **288.077**

Execução Penal: **125.713**

Jefaz/Turma Recursal da Fazenda Pública: **98.858**

Jij - Cível: **61.199**

Violência Doméstica (Ofensor/Réu): **26.735**

Fazenda Pública: **25.217**

Jij - Ato Infracional: **16.547**

Jecrim/Turma Recursal Criminal: **13.803**

Violência Doméstica (Vítima): **10.367**

Jij - Medida Socioeducativa: **7.182**

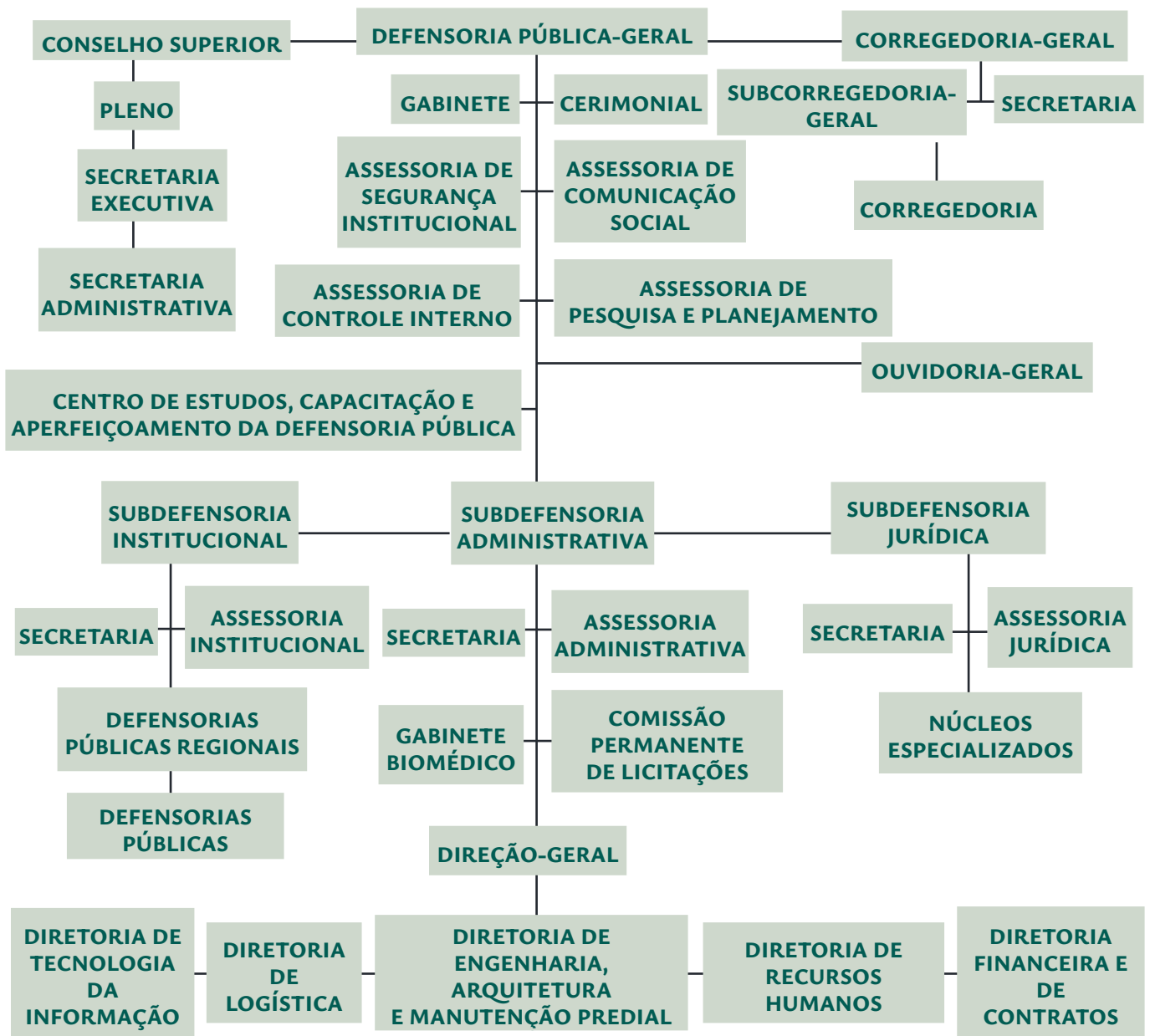
Jecível/Turmas Recursais Cíveis: **3.126**

Procedimento Administrativo: **1.983**

Tutelas Coletivas: **176**

Infância e Juventude: **22**

ORGANOGRAMA





**GABINETE DO
DEFENSOR
PÚBLICO-GERAL**

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- De maneira inédita, a Defensoria Pública criou o **Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Instituição**. A aprovação do PL nº 146/2021 (Lei nº 15.942/2023), que altera a Lei nº 13.821, de 25 de outubro de 2011, e cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, altera seu Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e dá outras providências, ocorreu no final de 2022. O PL foi sancionado pelo governador Eduardo Leite em janeiro de 2023.

- **Diante da tragédia que assolou o Vale do Taquari, no mês de setembro de 2023, a Defensoria Pública realizou uma força-tarefa para atender os moradores afetados.** Por meio de Resolução, foi criado o Comitê de Gerenciamento de Crise. Inicialmente, servidores da instituição auxiliaram no transporte e entrega de donativos aos moradores afetados. Posteriormente, foram feitos mutirões para atender os moradores nas cidades de Encantado, Muçum, Arroio do Meio, Estrela, Lajeado e Roca Sales. Além disso, após intensa e rápida negociação, a Defensoria Pública do Estado do RS e a Corsan assinaram acordo para isentar de cobrança, por 30 dias, todas as famílias diretamente atingidas pela enchente. O prazo de isenção foi estendido para 90 dias às famílias cadastradas na tarifa social. O documento também foi assinado por prefeitos da região e pelo Ministério Público do RS (MPRS).



- Em maio de 2023, na presença de grande público, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul inaugurou o **Auditório Daniela Boito Maurmann Hidalgo**, localizado no 4º andar do prédio-sede da instituição. O espaço é uma homenagem à defensora pública, que faleceu em 2022 e estava classificada na 6ª Defensoria Pública Especializada Cível do Foro Central de Porto Alegre. “Essa homenagem é singela, mas é uma homenagem que a instituição faz pra ela, que foi referência para mim e para todos esses que estão aqui, que são amigos, que são colegas. E quando nós pensamos em dar o nome do Auditório para ela, é para que representasse para as próximas gerações, para aqueles que não a conheceram, que não tiveram a oportunidade de fisicamente estar com ela nesse plano, que cultuassem e admirassem o seu estudo, a sua cultura”, disse, emocionado, o defensor público-geral do Estado, Antonio Flávio de Oliveira.

- Publicação da **Resolução DPGE nº 05/2023**, que institui o Projeto-Piloto Câmara de Autocomposição de Conflitos das Famílias, no âmbito da Defensoria Pública Regional de Santa Maria, e dá outras providências.
- Publicação da **Resolução DPGE nº 13/2023**, que cria o Centro de Atuação Especializada (CAE), uma estrutura de apoio às Defensorias Públicas Regionais, a fim de enfrentar demandas extraordinárias e ordinárias em escala repetitiva, garantindo atendimento eficiente aos assistidos, composta pelas seguintes divisões: Central de Nuvens (CENUV); Central de Cobrança de Honorários Sucumbenciais devidos ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (CECOF); Central de Elaboração de Declaração de ITCD (CEDIT); Central de Júri Itinerante (CEJI); Central de Apoio Técnico Especializado (CATE); Central de Modelos e Teses (CEMT); e Central de Minutas (CEMIN).

Principais atividades do Gabinete DPGE

Despachos proferidos (PROAs e Workflow): **1.367**

Solicitações do peticionamento integrado: **1.462**

Resoluções: **19**

Ordens de Serviço: **12**



das Comarcas
do Grande do Sul
atendimento
imento p
amen

SUBDEFENSORIA INSTITUCIONAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



À medida que a demanda pelos serviços públicos prestados pela Defensoria Pública cresce é essencial buscar soluções inovadoras que não apenas otimizem a alocação de recursos, mas também aperfeiçoem a gestão de pessoal, assegurando aprimoramento contínuo na qualidade dos serviços oferecidos.

Nesse contexto, a instituição, em março de 2023, colocou em funcionamento o **Centro de Atuação Especializada (CAE)**. Isso representa um marco significativo, demonstrando um progresso contínuo na proteção e promoção dos direitos dos cidadãos.

O CAE possibilita a identificação e priorização das áreas e projetos com maior impacto social e jurídico, além de promover a colaboração entre diferentes setores da instituição e auxiliar na criação de fluxos de trabalho padronizados e eficientes.

Além disso, o CAE fortalece a atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos dos assistidos, **permitindo a identificação e o acompanhamento de questões legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias relevantes, mantendo as divisões atualizadas e disseminando as melhores práticas e inovações.**

O CAE é composto por várias divisões, incluindo a Central de Nuvens (**CENUV**), Central de Cobrança de Honorários Sucumbenciais (**CECOF**), Central de Elaboração de Declaração de ITCD (**CEdit**), Central de Júri Itinerante (**CEJI**), Central de Apoio Técnico Especializado (**CATE**), Central de Modelos e Teses (**CEMT**) e Central de Minutas (**CEMIN**).

Cada uma dessas divisões tem um papel fundamental na atuação da Defensoria, sendo responsáveis por áreas essenciais e de grande impacto social, garantindo a efetividade dos serviços prestados.

Dentre os setores criados, destaca-se a **Central de Cobrança de Honorários Sucumbenciais (CECOF)**, responsável por todos os processos que envolvem a cobrança de honorários devidos ao FADEP.

Desde a sua criação, recebeu 12.897 intimações (média de 1.842 por mês). Além disso, ajuizou 2.007 processos (média de 286 por mês) e protocolou 10.862 peças processuais (média de 1.551 por mês). Com isso, garante-se uma melhor gestão e busca dos recursos públicos necessários ao funcionamento da instituição.

Com a criação, comparado com o mesmo período anterior, houve um aumento na arrecadação de 19.05%, consolidando essa Central como um marco na gestão e incremento de recursos para a instituição.

A **Central de Nuvens (CENUV)** foi criada com o objetivo de atuar em matérias especializadas ou repetitivas, com abrangência local, regional ou estadual, além de prestar serviço de apoio temporário para Defensorias Públicas com demanda extraordinária, bem como para quando houver regime de exceção ou de apoio do Poder Judiciário ou do Ministério Público nas comarcas, para atuação em intimações de processos eletrônicos, na forma dessa resolução.

Essa central já recebeu 8.930 intimações, a maioria de curadoria especial e cumprimento de sentença de alimentos, matérias que são extremamente importantes à Defensoria Pública. Além disso, protocolou 6.421 peças processuais.

A CENUV não apenas fortaleceu a atuação da Defensoria Pública, mas também assegurou a efetividade e a agilidade na prestação de serviços jurídicos à população.

A **Central de Elaboração de Minutas (CEMIN)** tem como objetivo prestar apoio para as Defensorias Públicas com alto volume de trabalho nos últimos três meses, mediante remessa de intimações, visando garantir a qualidade e a agilidade no atendimento aos assistidos. A central elaborou 3.248 petições, auxiliando 23 comarcas desde a sua criação, o que evidencia o compromisso e a proatividade da Central em atender às demandas com prontidão e excelência, reforçando o papel vital da Defensoria Pública na promoção do acesso à justiça.

A **Central de Apoio Técnico Especializado (CATE)** foi instituída com o objetivo primordial de fornecer serviços de assistência técnica especializada aos defensores públicos, auxiliando-os no cumprimento de suas funções institucionais.

Durante o intervalo temporal abordado por este relatório, a CATE dedicou-se à elaboração de 1.568 cálculos, contribuindo significativamente para a precisão e eficácia das ações institucionais.

A **Central de Júri Itinerante (CEJI)**, criada com a finalidade de gerir o Júri Itinerante da Defensoria Pública, coordena, em média, 50 plenários do Tribunal do Júri. A sua intervenção é essencial em situações nas quais não existe defensor público na comarca apto a atuar, evitando adiamentos e atrasos significativos em processos judiciais. Adicionalmente, a CEJI organiza uma diversidade de cursos, treinamentos, seminários e outros eventos, todos destinados ao aprimoramento técnico dos defensores públicos que atuam perante o Tribunal do Júri.

A **Central de Elaboração de Declaração de ITCD (CEDIT)** tem como objetivo facilitar a elaboração da Declaração de ITCD, mediante remessa de intimações, contribuindo para a eficiência dos processos de inventário e divórcios, já tendo elaborado, desde março de 2023, 354 declarações. Isso conferiu agilidade e eficiência aos processos de Família em que a Defensoria Pública atua.

A **Central de Elaboração de Modelos e Teses (CEMT)** tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e aprimoramento de peças processuais e teses jurídicas, mediante elaboração e compilação do banco de dados do Portal da Defensoria Pública, podendo contar com a contribuição dos defensores públicos e dos Núcleos Especializados, além dos projetos de atuação estratégica da instituição, visando fortalecer a atuação jurídica da Defensoria Pública. Desde março de 2023, foram elaboradas 61 teses, que tratam de questões relevantes no cenário jurídico. Essas teses têm como objetivo orientar a atuação dos defensores públicos em casos complexos, conferindo uniformidade na atuação institucional.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

• **Pedidos de Providências de Agentes via CSI/SUBINST:** de 3 de setembro de 2022 até 5 de setembro de 2023 foram **1.813 atendimentos**.

Dentre as principais solicitações e orientações estão:

487 análises de planos de substituição para fins de férias.

312 pedidos de designação em júris.

149 análises de intimações devolvidas.

84 análises de Ofícios recebidos.

52 análises de pedidos licenças/afastamentos.

40 análises de compartilhamento, busca do agente e demais questões envolvendo acumulações.

• **Flagrantes recebidos das Delegacias de Polícia e encaminhados para os agentes com atribuição:** 1.023.

• **Intimações:** distribuição manual de **43.413** intimações pelo Portal Institucional.

• **Plantão de Sobreaviso:** total de **2.296** Autos de Prisão em Flagrantes analisados.

28

orientações enviadas pelo
WhatsApp funcional (DROPS)

Atos de andamento ordinário

Ofícios: **135**

Despachos de mero expediente: **71**

350

análises, inclusões na pauta e
designações de agente para o
Júri Itinerante

674

portarias de designação
de agentes para atuação
excepcional

89

pareceres de alteração de atribuições (criação, extinção e modificação),
termos de cooperação e outros ajustes e assuntos diversos

Manifestações

Pedidos de recusa de atuação nos casos de impedimentos de titulares (Workflow): **124**

Pedidos de afastamento (Workflow): **52**

PROAs: **37**

Total: 213

364

encaminhamentos e resposta dos pedidos recebidos pelo formulário no site da instituição (canal “Fale Conosco”)



SUBDEFENSORIA ADMINISTRATIVA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

250

expedientes analisados
e despachados

490

pedidos analisados
via Sistema CSI

Obras

No total, foram **42 obras** envolvendo novas sedes e estruturação de salas das Defensorias nos Fóruns.

Durante o período, foram concluídas **7 instalações de sedes**. Há a previsão de entrega, ainda neste ano, de outras 3 novas sedes:



Restinga Sêca
Pedro Osório
Montenegro
Constantina
Venâncio Aires
Júlio de Castilhos
Sapucaia do Sul



Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial

Foram atendidos na **Unidade de Projetos (UPROJ)** **464 chamados** através da Central de Serviços Integrados (CSI).

Os chamados abrangeram os serviços de projeto arquitetônico, acessibilidade, projetos complementares, alteração de layout, solicitação de estação de trabalho completa, solicitação de mobiliário, equipamentos e persianas, entre outros.

A **Unidade de Execução (UEXEC)** atendeu **316 chamados** através da Central de Serviços Integrados (CSI). Os chamados da UEXEC estão relacionados à reestruturação de sedes novas, reestruturação de sedes existentes, alterações de layout em Fóruns e sedes locadas, elaboração de pareceres técnicos de vistoria, avaliações de pedidos de materiais de uso restrito, solicitações de persianas e comunicação visual das sedes.

Por fim, a **Unidade de Manutenção (UNMAN)** atendeu **962 chamados** de manutenção através da Central de Serviços Integrados (CSI). Os chamados estão relacionados às manutenções corretivas solicitadas via sistema das Defensorias Regionais da DPE, em imóveis locados, cedidos ou em salas

no interior de Fóruns Regionais, assim como no apoio em intervenções de manutenção na Sede Administrativa da instituição.

Dentre as atividades desenvolvidas nos atendimentos, destacam-se manutenções elétricas, de ar-condicionado, marcenaria, hidráulica, e outras manutenções (pintura, limpeza de reservatórios d'água, dedetização, bebedouro, vidraçaria).

Mudança no Centro de Distribuição e Logística

Com o objetivo de proporcionar maior segurança, economicidade e visando promover processos mais rápidos e eficientes na entrega das mercadorias, foi locado e estruturado um **novo Centro de Distribuição e Logística**, pensado para melhorar o controle sobre a entrada e saída de produtos e evitar o excesso de estoque ou a falta de produtos para atender demandas das sedes da Defensoria Pública.

Diretoria de Logística

Foram registrados, no sistema CSI, **7.149 pedidos de competência da Diretoria de Logística**.

No período, foram realizadas **477 rotas de atendimento**, sendo 305 para o interior do estado e 172 na Região Metropolitana. Constatou-se um aumento de 14% no número geral de deslocamentos, mas redução de 11% nos deslocamentos que envolvem custos com diárias, passando de 341 no período anterior para 305 no atual.

Gestão de Imóveis – Locações, Convênios e Encargos

A Defensoria Pública busca constantemente fornecer instalações de qualidade aos seus defensores, servidores, estagiários e assistidos, sendo que atualmente conta com **104 Defensorias Públicas Regionais com sede própria** (imóveis locados e sediados pelo estado) e 77 Defensorias Públicas Regionais instaladas junto aos espaços cedidos a partir de convênio firmado com o Tribunal de Justiça.

Para manutenção desses espaços, tramitam aproximadamente 250 processos administrativos que envolvem locações e o ateste e pagamento de encargos, tais como IPTU, luz, água, condomínio, taxa de coleta de lixo e iluminação.

Compras

No período, **restou consolidado o Planejamento de Contratações e Compras**, sendo os planejamentos 2022 e 2023 executados com êxito, trazendo eficiência para a cadeia de suprimento, previsibilidade orçamentária e economia aos cofres da Defensoria Pública. O Exercício 2024 já foi planejado e a atividade vem evoluindo, especialmente diante da padronização de materiais de expediente e de infraestrutura, que agora contam com catálogos-base, que servem de parâmetro para compras feitas pela instituição.

- Catálogo de Almoxarifado.
- Catálogo de Infraestrutura.
- Catálogo de Bens e Equipamentos.

Gestão e Fiscalização de Contratos

No que concerne aos serviços, a Diretoria de Logística executa a **Gestão e Fiscalização de 15 contratos** de prestação de serviços continuados, firmados com as seguintes empresas:

- Liderança Limpeza e Conservação Ltda: prestação de serviços de higienização e limpeza das Defensorias Públicas Regionais.
- Liderança Limpeza e Conservação Ltda: manutenção predial.
- Foco Serviços Terceirizados Eireli: fornecimento de mão de obra para apoio administrativo, serviço de portaria e motoristas.
- Vigitrack: monitoramento e rastreamento da frota de veículos.
- Mapfre Seguros: assegurar a frota de veículos da Defensoria Pública.
- Neo: abastecimento, lubrificação, troca de filtros e lavagem da frota de veículos.
- Neo: manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos.
- Convênio TJRS: disponibilização de serviços de cópias.
- Elevadores Alcer: prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, com fornecimento de peças e mão de obra para os elevadores do prédio Sede e anexos em Porto Alegre.
- Procergs – PROA: disponibilização e manutenção do programa de processo eletrônico administrativo.
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios: todos os serviços oferecidos pelos Correios.
- Procergs – SPI: disponibilização e manutenção do programa SPI (Sistema de Protocolo Integrado).
- T.R.Nitz & J.A.V.C.Junior LTDA. / Claiton F. Pires & Cia LTDA – EPP: Limpeza e higienização das caixas d'água e dedetização, desratização e controle de praga.
- Benetton: prestação de serviços de higienização e limpeza com fornecimento de material.
- Feneis: serviço de intérpretes de Libras.

Nos contratos geridos pela Diretoria de Logística, a Defensoria Pública emprega, diretamente, 200 funcionários.

Inventário Anual

No período, a Defensoria Pública teve um grande avanço sobre o controle patrimonial, especificamente na realização do inventário anual, passando a utilizar o fluxo do **Workflow (Inventário Digital)** para executar a tarefa. No quarto ano da utilização da ferramenta, 100% digital e já consolidada, mantiveram-se os bons resultados no controle patrimonial.

O inventário abrange os 40.598 bens patrimoniados, distribuídos em 313 centros de custos, sendo que, no ano de 2022, foram registrados apenas 4 bens não localizados.

Centro de Distribuição e Logística (CDL)

Algumas melhorias executadas:

- **Locação de pavilhão para abrigar o CDL**, alteração que proporcionou a centralização de todas as atividades logísticas, trazendo eficiência e redução de custos para a atividade.
- No período, foram feitas **9 doações** para diversos órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos, totalizando 223 bens. Dentre eles, veículos, mobiliário e equipamentos.
- Ainda, de modo geral, foi destinado o total de **13.830 kg de materiais** para o centro de reciclagem Associação dos Trabalhadores do Centro de Reabilitação Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro (ATUT).
- Descarte de 389 resíduos e equipamentos eletrônicos, por meio do **Programa Sustentare**.

Comissão Permanente de Licitações

Licitações

Adesão à ata: **6**

Atas de registro de preços próprias: **21**

Dispensas de licitação: **21**

Inexigibilidade: **6**

Pregão eletrônico: **67**

Tomadas de preços: **3**

Pesquisa de mercado para prorrogações contratuais: **34**

Autorização de fornecimento emitidas: **93**

Autorização de execução de serviço emitidas: **31**

Total: 282

Foram analisados e firmados, no período, 7 novos convênios, 65 termos de cooperação, 17 contratos de serviços continuados, 59 aditivos e 46 apostilamentos.

Diretoria de Recursos Humanos

No período, a **Unidade de Administração de Pessoal** realizou a gestão e o processamento de 64 folhas de pagamento (mensais, férias, auxílio-saúde e 13º salário), implementou o novo Plano de Carreira dos Servidores e os pagamentos de Adicional Noturno, Gratificação de Difícil Provimento e Auxílio-Creche, previstos na Lei nº 15.942/2023. Concluiu a primeira fase do e-Social e iniciou o desenvolvimento das fases 2 e 3.

A **Unidade de Gestão de Carreira** nomeou 70 servidores, defensores públicos e comissionados, realizou 62 remoções de servidores e processou e publicou 355 progressões.

Foram iniciados 715 fluxos de estágio probatório, com confirmação da estabilidade de 67 servidores. Atualmente, 217 servidores estão em estágio probatório. Foram iniciadas 152 requisições de teletrabalho, entre renovações e novos pedidos, encontrando-se em teletrabalho, atualmente, 144 servidores. Foi desenvolvido, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, um sistema informatizado para otimização e automação das nomeações do III Concurso de Servidores.

A **Unidade de Estágios** realizou o ingresso de 1.720 estagiários remunerados, cedidos de prefeituras e trabalhadores voluntários, além de 1.630 rescisões e 1.220 renovações contratuais. Assessorou defensores públicos e servidores na publicação de 867 editais de seleção de estagiários. Concluiu a implantação do Valorizza, sistema informatizado de gestão e pagamento dos estagiários, sendo implantadas, no período, as seguintes funcionalidades: criação automática da senha de rede no ingresso, automatização da solicitação de férias e disponibilização do contracheque dos estagiários. Além disso, foi iniciado o desenvolvimento do envio de efetividade do estagiário e abertura de processo seletivo pelo Valorizza.

Diretoria de Tecnologia da Informação

No período, foram **atendidos mais de 32.000 chamados de suporte técnico**, sendo que mais de 1.100 desses atendimentos foram realizados de forma presencial, nas Defensorias Regionais espalhadas pelo estado. Também foi prestado suporte técnico para a realização de 31 mutirões da instituição em

diversos municípios do RS.

No sistema Workflow, utilizado para solicitações de servidores e defensores envolvendo questões administrativas e institucionais, como férias, solicitações de compras, remoção de servidores, diárias, arguição de recusa de votação, dentre outras, foram feitas melhorias nos fluxos já existentes e **criados 26 novos fluxos de trabalho**, incluindo os abaixo relacionados:

- Comprovação anual do Auxílio-Saúde.
- Requisição de Auxílio-Creche.
- Convocação para eventos pelo DPGE.
- Inventário de Bens 2023.
- Comprovante de bens e rendas.

Também ocorreu a **transição da prestação do atendimento do Service Desk**, que era realizado por servidores da instituição, para empresa especializada contratada via processo licitatório. Para viabilizar a transição da prestação dos serviços, foram documentados mais de 150 processos de atendimento técnico e revisados mais de 200 procedimentos, possibilitando maior padronização e agilidade na resolução de chamados. Em função da contratação, também foi disponibilizado atendimento técnico em regime de plantão para defensores e servidores.

Foi **criada a integração, entre o sistema de gestão de estagiários e o sistema CSI, para a criação e renovação de login para estagiários**. Essa integração permitiu maior celeridade na criação/renovação dos logins, que já são criados com os acessos necessários para atendimento ao público, quando necessário, evitando que o defensor ou servidor tenha que solicitar isso manualmente, como era feito até então. Somente essa integração contribuiu muito com a agilidade no atendimento dos chamados em geral, tendo em vista que no período foram realizados mais de 5.000 cadastros, o que representa mais de 15% do total de chamados abertos.

Em relação a novos equipamentos, foram **instalados 115 computadores e 137 monitores como 2ª tela** para fins de agilização das atividades relacionadas a processos eletrônicos.

Na **Unidade de Infraestrutura e Segurança de TI**, foram realizadas atualizações e ativação de novas funcionalidades do sistema anti-malware em todas as estações de trabalho e notebooks, ativação do sistema anti-malware em todos os servidores de rede da instituição e ampliadas iniciativas relacionadas à identificação e correção de vulnerabilidades nos sistemas e infraestrutura da instituição.

No período, foram concluídas as configurações da rede de telefonia para **ampliação da abrangência de atendimento do 129 (Alô Defensoria)** para os municípios de Arroio do Meio, Barra do Ribeiro, Camaquã, Ijuí, Lajeado, Osório, Panambi, Rio Grande, Santo Ângelo e Tramandaí.

A **Diretoria de Tecnologia da Informação** realizou a aquisição de 150 microcomputadores para substituição de equipamentos obsoletos, sem garantia e sem conserto, e a aquisição de 300 monitores para utilização de 2ª tela em atividades relacionadas ao processo eletrônico.

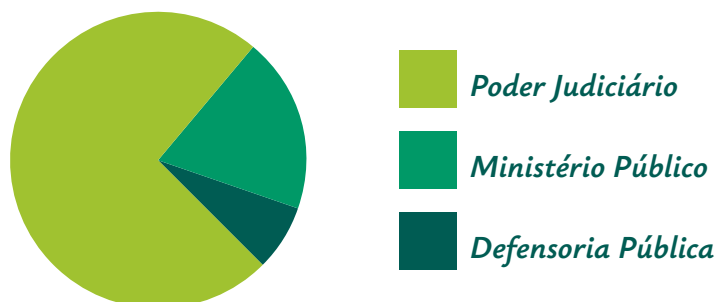
ORÇAMENTO - 2023

Sistema de Justiça

Poder/Órgão	2023 (R\$)	Representação %
Poder Judiciário	5.780.643.308	73,77
Ministério Público	1.505.745.664	19,22
Defensoria Pública	549.411.979	7,01
Total	7.835.800.951	100,00

*Dotação Alteração

**Dados de 15/09/2023



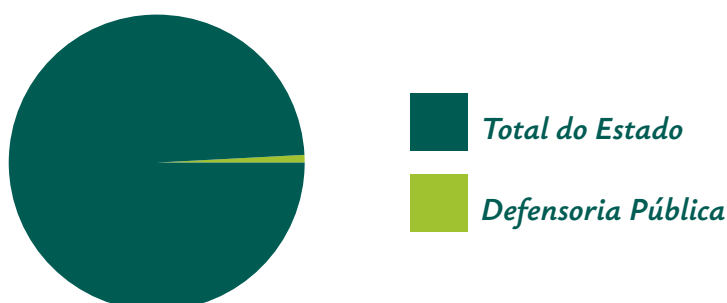
Orçamento Geral do Estado

Poder/Órgão	2022 (R\$) ¹	2023 (R\$) ²	Representação %
Poder Executivo	66.898.587.405	68.556.709.971	87,41
Poder Judiciário	5.009.819.112	5.780.643.308	7,37
Ministério Público	1.411.117.297	1.505.745.664	1,92
Assembleia Legislativa	918.755.345	1.087.329.354	1,39
Tribunal de Contas	871.516.115	949.247.561	1,21
Defensoria Pública	521.298.856	549.411.979	0,70
Total	75.631.094.129	78.429.087.837	100,00

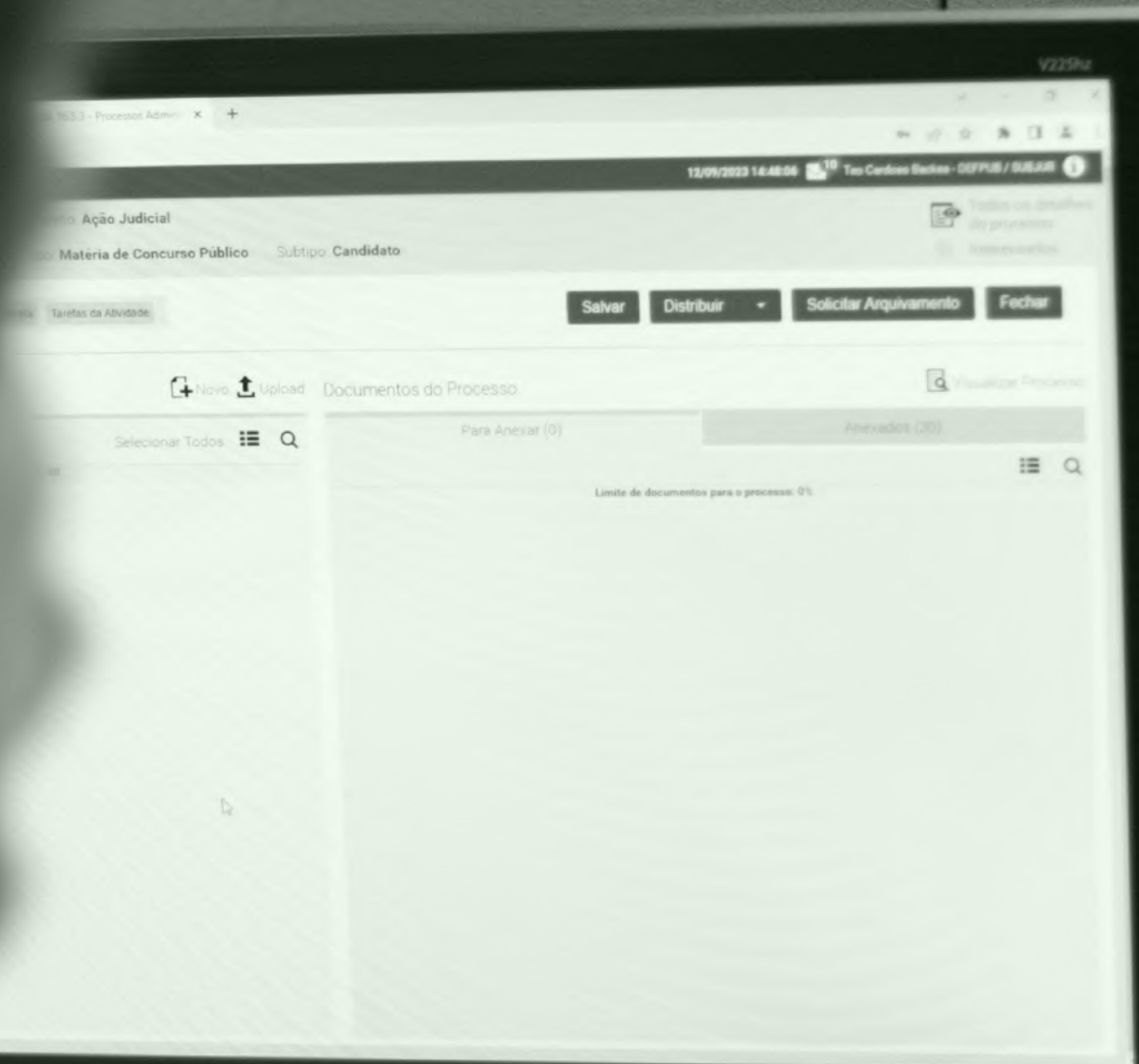
*Dotação Alteração

**¹Dados de 31/12/2022

**²Dados de 15/09/2023



SUBDEFENSORIA JURÍDICA



ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- Em setembro, a Defensoria Pública atuou em prol dos moradores do **Vale do Taquari** que foram atingidos pelas enchentes. Além de um **mutirão de atendimentos**, a instituição transportou e entregou donativos (alimentos, roupas e itens de higiene) e agiu para garantir a **suspensão temporária da cobrança nas contas de água e energia elétrica**.

- Em diversos municípios do estado (incluindo Porto Alegre), atendendo aos pedidos de defensores públicos, a Justiça determinou o **passage livre nos ônibus municipais, nos dias de eleições gerais (1º e 2º turnos)**.

- A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPE/RS) criou, por meio da Resolução DPGE nº 02/2023, publicada no Diário Oficial da instituição do dia 3 de março de 2023, o **Grupo de Atuação de Defesa da Democracia e do Estado de Direito (GADD)**. Esse é o primeiro grupo criado em Defensorias Públicas do país e acompanha uma crescente demanda dos últimos anos pelo acompanhamento, pela instituição, de situações que envolvam ataques ao Estado de Direito ou à Democracia, com especial prejuízo para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Defesa da instituição nas ações que objetivam a obrigação de **implementação de plantão** em diversas comarcas do estado.

- Análise das regulamentações dos benefícios aos servidores criados pela **Lei nº 15.942/2023**.

- **Defesa da instituição em Ação Popular** que visava impedir a nomeação de defensores públicos, servidores, cargos em comissão e a concessão de gratificações.

- Elaboração de **estudo sobre a impossibilidade de nomeação “ad cautelam” da Defensoria** para atuação no Tribunal do Júri.
- Atuação em **combate à Lei que criou o “Dia do Patriota”** em Porto Alegre.
- Realização de **parceria com Carrefour para destinação de vagas de trabalho** para vítimas de violência de gênero e educação em direitos.
- Realização de **grandes mutirões de atendimento** em municípios do interior do Rio Grande do Sul.

Atuações

Pareceres: **149**

Consultas outros meios: **389**

Consultas: **33**

- **Consulta 19/2022:** propiciou a reserva da última convocação do II Concurso Público para o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública para integrante da lista reservada à população indígena.
- **Consulta 30/2022:** orientou o término do ressarcimento à OAB a partir da tese fixada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.240.999.
- **Consulta 34/2022:** viabilizou a contratação de estagiários residentes em outros estados da federação.
- **Parecer 79/2023:** possibilitou a ampliação do prazo para usufruir as folgas decorrentes da compensação dos dias trabalhados em regime de plantão.

Atos de andamento ordinário

Ofícios: **116**

Memorandos: **5**

Despachos: **371**

PROAs: **712**

527

análise de projetos/orientações/demandas
dos Núcleos Especializados

VIAGENS INSTITUCIONAIS

*Atlântida(RS), Bagé (RS), Bento Gonçalves (RS),
Brasília(DF), Candiota (RS), Goiânia (GO),
Gramado (RS), Porto Velho (RO), Santa Maria
(RS), Sant'Ana do Livramento (RS)*

GRANDES MUTIRÕES PELO ESTADO





Caraá

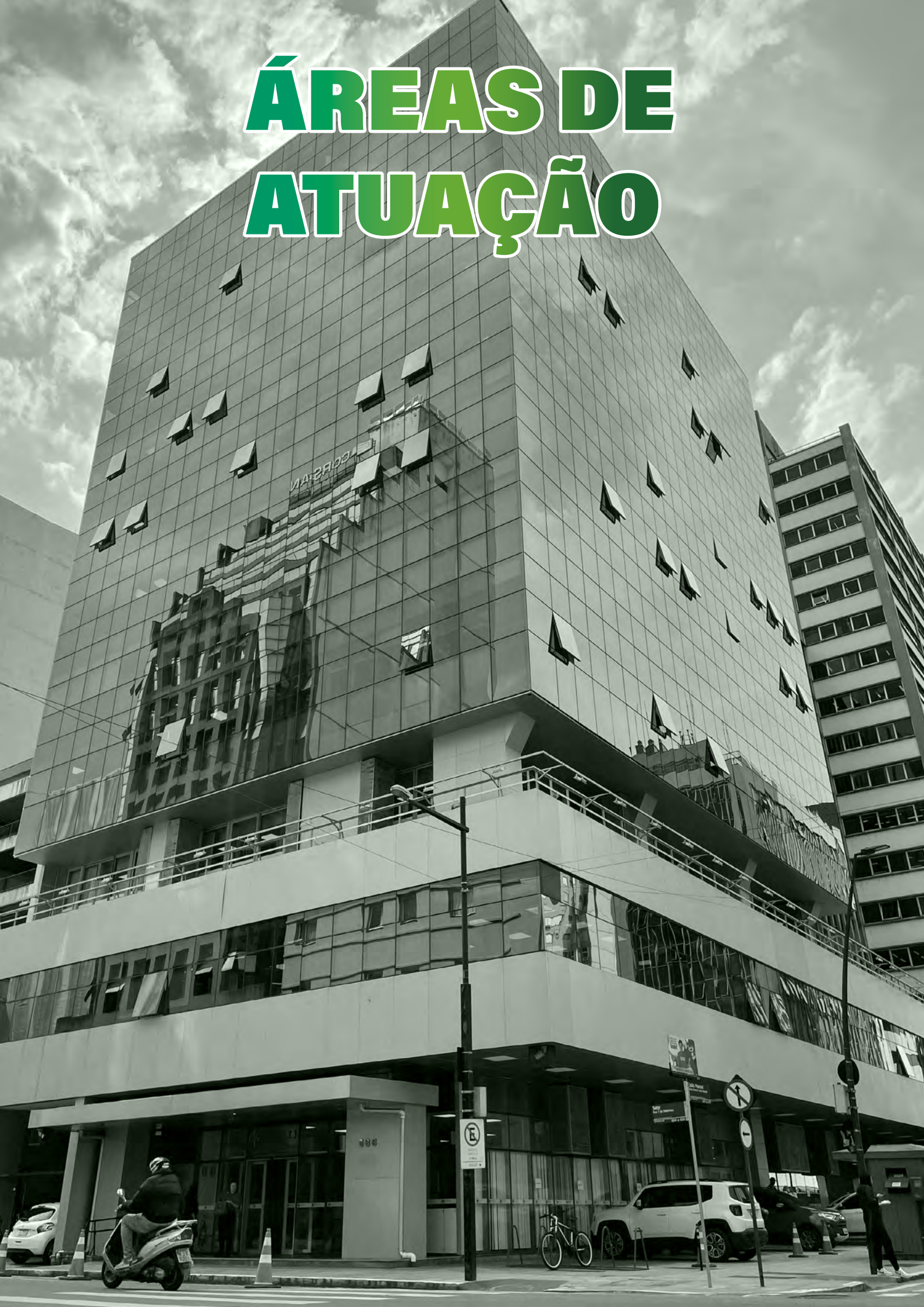


Santa Maria



Bagé

ÁREAS DE ATUAÇÃO





ENSORORIA
O DO DO GRA



CÍVEL



ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Nos dias 10 e 11 de agosto, na sede do Procon-Santa Maria, a Câmara de Conciliação Cível realizou uma **capacitação que tratou sobre superendividamento e a atuação da instituição em contratos bancários**. A defensora pública e subcoordenadora da Câmara de Conciliação Cível, Mariana Fenalti Salla, conduziu a oficina, que abordou temas como o reconhecimento da contratação, análise da abusividade dos juros e superendividamento.



- Em outubro de 2022, a Defensoria Pública e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), do Grupo Equatorial, assinaram um **termo de cooperação para facilitar que assistidos quitem débitos de contas de luz**. O termo formaliza um trabalho que já vinha sendo executado por intermédio da Câmara de Conciliação Cível da DPE/RS. O objetivo é organizar fluxos e aumentar o número de sessões de conciliação entre os assistidos inadimplentes e a CEEE-D, evitando o corte de energia elétrica – que é um serviço essencial.

- De novembro de 2022 a maio de 2023, a Defensoria Pública realizou cinco edições da **oficina online e gratuita “Descomplicando tuas finanças”, com o foco em educação financeira**. Aberta ao público, a oficina teve o objetivo de atuar além da resolução dos conflitos e das negociações de dívidas, ensinando o público a não contrair dívidas e ter mais consciência de contratos e direitos do consumidor.

- Em agosto, **mais de 200 pessoas foram atendidas em um grande mutirão realizado pela Defensoria Pública, alusivo ao superendividamento**. A ação ocorreu no Centro Histórico de Porto Alegre e foi relacionada ao programa “Renegocia!”, do Governo Federal. Promovido pelo Núcleo de Defesa Cível (NUDEC), contou com participação da Universidade de Passo Fundo (UPF), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). O objetivo da atividade foi informar as pessoas sobre endividamento e a solução de dívidas. Um mutirão nesses moldes foi realizado também em Passo Fundo, em julho.



- Em outubro de 2022, a Defensoria Pública e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) firmaram um **Termo de Cooperação para aumentar o atendimento de pessoas endividadas no Rio Grande do Sul**. Na PUCRS, alunos que atuam no Balcão do Consumidor – espaço que atende gratuitamente quem busca a resolução de problemas nas relações de consumo – farão o acolhimento, coleta de documentos, entre outras coisas. Posteriormente, encaminharão os casos para a Câmara de Conciliação da DPE/RS, que fará sessões presenciais e virtuais visando a repactuação das dívidas.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Atendimento de **mais de 2.668 pessoas**, com registro de **mais de 12.814 atendimentos**.
- Dos casos até o momento concluídos neste último período, foram realizadas **mais de 500 sessões de conciliação**, mais de 25 sessões de mediação (com a parceria da escola CLIP) e formalizados **mais de 300 acordos**. Nos acordos formalizados, foi negociado o montante de **R\$ 1.896.246,70** e houve desconto/devolução aos cidadãos gaúchos no valor de **R\$ 2.498.308,58**.
- Com o **projeto ReguLAR**, em parceria com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), foram atendidos, de forma presencial e virtual, dezenas de mutuários para regularização habitacional.
- Foram enviados **mais de 814 ofícios** para a garantia dos direitos dos cidadãos.
- A **Câmara de Conciliação Cível/NUDEC** compareceu em todos os grandes mutirões de atendimentos realizados pelos Núcleos Especializados e idealizou eventos específicos para atendimento da população superendividada, que cresce diariamente.
- Atualmente estão em atendimento **278 casos de superendividamento**, já tendo sido **realizadas mais de 125 audiências de repactuação global de dívidas**, tanto na fase extrajudicial, como em fase conciliatória de ações ajuizadas pela Defensoria Pública por todo o estado. Foram formalizados mais de **30 acordos**. O aumento de atendimento em casos de superendividamento pela Câmara de Conciliação foi de **mais de 400%** em relação ao ano anterior.
- Criação do curso presencial **“Viver Bem com o Dinheiro que se Tem”**, focado na educação financeira da população, como forma de prevenir o superendividamento.
- Adesão ao **projeto-piloto do aplicativo Concilia Super App**, desenvolvido em parceria pela UFRGS e pela UPF para melhoria no atendimento da população superendividada.



- A Câmara de Conciliação promoveu dezenas de **atendimentos em parceria com o Balcão do Consumidor** da Universidade de Passo Fundo (UPF), da PUC e da UFRGS, ampliando atendimentos à população e promovendo o incentivo à educação e prática acadêmica dos alunos dos cursos de Direito, conforme os Termos de Cooperação firmados com as instituições de ensino no ano passado.



**CONSUMIDOR
E TUTELAS
COLETIVAS**

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- No dia 22 de agosto, a Defensoria Pública encaminhou **ofício para a 123Milhas, em razão da suspensão do programa da linha Promo**. Nele, a instituição cobrou esclarecimentos sobre o que será feito com os clientes que tiveram pacotes ou passagens suspensos. Além disso, o Procon RS também notificou a empresa.

- Em fevereiro, os detalhes da segunda fase do **acordo firmado entre DPE/RS, Prefeitura de Porto Alegre e catadores de materiais recicláveis da Ilha Grande dos Marinheiros** foram definidos. Durante o encontro, foram definidos seis pontos onde o DMLU fará a entrega e os catadores e suas famílias farão a reciclagem e a destinação dos materiais.



- Em dezembro de 2022, uma ação civil pública da Defensoria, que solicitava o **reestabelecimento do fornecimento de água e de saneamento básico pela Corsan junto ao Residencial Cinco de Maio, na cidade de Montenegro**, foi deferida pela Justiça. No local, moram aproximadamente 400 pessoas, praticamente todas elas de baixa renda, que passariam o final de ano sem água. Após o corte do fornecimento, o Município de Montenegro, em parceria com a Defensoria Pública, estava abastecendo o condomínio por um caminhão-pipa, mas a ajuda seria suficiente por poucos dias.

- Após ingressar com Ação Civil Pública (ACP) **em favor de quase 40 idosos** das cidades de São Vicente do Sul e Mata, a DPE/RS obteve **decisão favorável para o pedido de suspensão dos descontos relativos a supostos empréstimos fraudulentos**. A decisão foi proferida em dezembro de 2022. Os aposentados foram vítimas do chamado “golpe da selfie”, em que pessoas se passavam por servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para coletar dados pessoais dos idosos e contratar empréstimos consignados não desejados.

- O Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (NUDECONTU), em parceria com a CEEE Grupo Equatorial Energia, realizou um **mutirão de atendimentos em Alvorada**, em maio. A atividade fez parte do projeto E+ Comunidade. Atendendo a 45 pessoas, a Defensoria esteve orientando e auxiliando em demandas judiciais, principalmente em relação ao consumo.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Acompanhamento da **execução dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)** envolvendo o Carrefour e a empresa Vector Segurança Ltda.
- **Seleção de famílias residentes no Bairro Passo D'Areia**, em Porto Alegre, compostas por pessoas negras, **para receberem cestas básicas** de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecido com a empresa Vector Assessoria Empresarial.
- **Seleção de famílias e escolas de educação infantil** em editais **para concessão de bolsas de estudo**, como parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa Vector Assessoria Empresarial.
- Após acordo intermediado pelo Núcleo, foi realizada a **publicação de edital para seleção de estudantes, a fim de conceder bolsas de estudo a pessoas negras**, em razão do “Caso João Alberto”.
- **Reuniões com concessionárias de energia elétrica** em função da demora no restabelecimento de energia elétrica, em algumas áreas do estado, pelas fortes chuvas do mês de agosto de 2023.
- Realização de um **grande mutirão na cidade de Bagé**, com a maioria das demandas concentradas na área de saúde e do consumidor, especialmente relacionadas à busca por próteses auditivas.



CRIANÇA E ADOLESCENTE

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Em novembro de 2022, a DPE/RS garantiu a **separação de turmas de 1º e 2º ano em uma escola fundamental no interior de Antônio Prado**. Desde 2016, escolas estaduais nas áreas rurais adotam a multisseriação pelo baixo número de alunos. No entanto, na Escola Estadual Santana, as turmas multisseriadas ultrapassavam 20 alunos por sala de aula, o que gerou questionamento da qualidade da aprendizagem e deixou os pais e responsáveis preocupados. Um acordo foi firmado com a 4ª Coordenadoria da Educação e as turmas foram separadas.
- Em setembro de 2022, a Defensoria Pública obteve decisão favorável na Justiça que garantiu o **direito de voto aos internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE)**. O pedido foi feito porque não haveria a instalação de seções eleitorais no interior da instituição. Os socioeducandos aptos a votar e que estivessem em cumprimento da medida de ISPAE (Internação Com Possibilidade de Atividade Externa), puderam exercer seu direito.
- Em Herval, a DPE garantiu **transporte escolar para dois alunos, moradores de uma área rural, que tinham que se deslocar a cavalo** para chegar até o ponto onde passava o ônibus que levava outros estudantes até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Lima. A ação foi em março.
- Também em março, a Justiça aceitou um recurso da DPE e determinou a **restituição do poder familiar a uma mãe que havia passado aproximadamente três anos longe do filho**, entregue à adoção. Uma denúncia feita por uma profissional da saúde fez com que a criança fosse afastada da mãe e acolhida em instituição de acolhimento. Ao julgar o recurso da Defensoria Pública, aproximadamente dois anos após a genitora ter tido o último contato com o filho, o TJ reconheceu que os laudos técnicos contidos no processo demonstravam que a mãe se reorganizou e estava apta a cuidar da criança.



- Seis internas do Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) iniciaram em agosto uma nova trajetória em suas vidas. Com a promoção da DPE/RS, elas começaram uma capacitação em técnicas de maquiagem e autocuidado. Chamada “Maquiarte”, a iniciativa teve como objetivo resgatar a autoestima das meninas, além de oferecer a possibilidade de uma atividade profissionalizante.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Elaboração de **orientações destinadas a membros e servidores da instituição** sobre os seguintes temas: monitoramento da oferta de vagas na educação infantil da rede pública; fomento à implementação de famílias acolhedoras e à guarda subsidiada, monitoramento da educação inclusiva, educação domiciliar/estudos domiciliar/homeschooling; EJAs noturnos e EJA EAD adolescentes.
- **Participações** no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, Conselho Gestor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Porto Alegre, Comitê Estadual de Enfrentamento à

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Comitê Estadual Intersetorial pela Primeira Infância, Autoridade Central Estadual do Rio Grande do Sul – Comissão Estadual para Adoção Internacional, Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, Comissão de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente do CONDEGE e Fórum de Medidas Socioeducativas.

- Assinatura de três Termos Aditivos referentes ao acordo com o Município de Porto Alegre, que possibilitou o encaminhamento de cerca de **700 pedidos extrajudiciais de vagas públicas/parceirizadas ou compras de vagas em escolas particulares, além de mais de 100 vagas em escolas credenciadas** referentes ao Edital nº 03/23, por intermédio do qual famílias conseguiram matricular suas crianças em escolas de educação infantil de forma célere e sem a necessidade de ajuizamento.



- **Elaboração das cartilhas** “Entrega Responsável para Adoção”, “Meu filho foi acolhido! E agora, o que devo fazer?” e “Violência nas Escolas: Tô fora!”.

- Ingresso de **Ação Civil Pública contra o Município de Porto Alegre** (ACP nº 5036525-28.2023.8.21.0001), pela qual foi possível a **realização de acordo judicial em que o Executivo se responsabilizou pela implementação de política pública de inclusão**. Denominado “Incluir Mais POA”, ele consiste no atendimento de apoio educacional, inclusive psicológico e socioassistencial aos estudantes de Educação Especial, promovendo suporte às escolas da rede municipal de ensino, com a disponibilização de 421 profissionais. O Município também se comprometeu a realizar estudo de viabilidade orçamentária e financeira para que conste no próximo Edital de Chamamento Público para as escolas parceirizadas a obrigação de ter entre seus funcionários/prestadores de serviços o agente de educação inclusiva.

- Ingresso de **Ação Civil Pública contra o Município de Porto Alegre** (ACP nº 5089154-76.2023.8.21.0001), pelo qual foi possível garantir o **transporte adaptado às crianças/adolescentes com deficiência**, matriculados no Educandário São João Batista.

- **Participação em audiências públicas na Assembleia Legislativa** para discussão de temas como transporte escolar na zona rural do Estado; Instituto de Educação General Flores da Cunha e Alimentação Escolar na Rede Pública Estadual de Ensino.

- **Encaminhamento de cerca de 80 ofícios**, visando à resolução extrajudicial das demandas que chegaram ao Núcleo, dentre elas transferências escolares, tratamentos de saúde, etc.

- **Acompanhamento do Projeto Pai? Presente!** pelo qual é ofertada a possibilidade de realização de exame de DNA de forma gratuita e extrajudicial para cerca de 4.841 crianças registradas sem o nome do pai anualmente no Estado do Rio Grande do Sul.



CRIMINAL

How to...
26/02
11/29 - 2/29
Criminal...

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Em agosto, após 18 horas de sessão no Tribunal do Júri de Alvorada, com a atuação da Defensoria Pública do RS, três homens foram absolvidos. Eles estavam presos preventivamente há seis anos e quatro meses e receberam sete acusações, entre elas tentativa de homicídio contra policiais civis que estavam em uma viatura discreta. Na tese da defesa, alegou-se negativa de autoria em função de diversas falhas durante o procedimento de apuração, não existindo provas de que os assistidos tivessem participado dos fatos que foram imputados.



- Em uma sessão que durou três dias, a defensora pública Tatiana Kosby Boeira conseguiu **absolver dois réus acusados de envolvimento no assassinato do ex-secretário de Saúde de Porto Alegre, Eliseu Santos, em 2010**. Cássio Medeiros de Abreu e José Carlos Elmer Brack respondiam pelo crime de corrupção, conexo ao crime doloso contra a vida. No mês anterior, Tatiana já havia conseguido absolver o réu Jonatas Gomes, que era acusado de participação na morte.

- No dia 7 de agosto, quando a Lei Maria da Penha completou 17 anos, Rosimeri Prazido, vítima de violência de gênero, **acusada de matar o namorado, foi absolvida no Tribunal do Júri** da comarca de Tenente Portela. Apesar de as testemunhas mencionarem o contexto de violência doméstica e o laudo pericial apontar a existência de lesões no pescoço, Rosimeri acabou denunciada e pronunciada pela prática do crime de homicídio. Os jurados, no entanto, de forma soberana, reconheceram a legítima defesa.

- Em junho, a Defensoria Pública conseguiu a **absolvição de um homem injustamente preso por tentativa de homicídio e porte ilegal de armas**. O suposto crime teria acontecido em janeiro de 2018, em Canoas. Acusado de alvejar um policial militar, o réu passou um ano e um mês em detenção. Na investigação do caso, a DPE solicitou a realização de exames de DNA e perícia dos objetos apreendidos. A análise dos materiais genéticos não encontrou coincidência entre o acusado e os artefatos em questão. Com a insuficiência de provas, o homem foi considerado inocente e absolvido no Tribunal do Júri.

- Depois de passar 17 meses preso preventivamente na Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG), **um jovem de 19 anos, atendido pela DPE/RS, foi solto por insuficiência de provas e, com isso, não foi a júri popular**. O rapaz não tinha antecedentes criminais. O crime aconteceu em 31 de dezembro de 2021 e a absolvição em maio de 2023. Após um árduo trabalho de produção de provas, prevaleceram os argumentos da defesa, de que os supostos indícios de participação do acusado no crime eram absolutamente insuficientes para submetê-lo a julgamento.

- Em uma sessão de júri no mês de junho, a **Defensoria Pública garantiu que um assistido fosse absolvido da acusação de homicídio**, por negativa de autoria. O homem ficou preso preventivamente por três anos e quatro meses, mesmo após diversos pedidos de liberdade feitos pelo defensor público Carlos Marcondes Junior, que atua em Sant'Ana do Livramento.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- **PELO DIREITO DE DEFESA:** dentro do programa “Pelo Direito de Defesa”, que promove a atuação especializada em casos penais de complexidade, repercussão social e exposição midiática do órgão de execução, o núcleo presta auxílio em diversos processos para fins de plena efetivação do direito de defesa.
- **PARECERES:** o Núcleo tem como responsabilidade a elaboração de pareceres, a fim de subsidiar a atuação dos agentes da Defensoria Pública.
- **APERFEIÇOAMENTO:** o Núcleo tem estabelecido constante debate com professores universitários, profissionais de diversas áreas do Direito, membros e servidores da instituição, promovendo constante atualização na área das ciências criminais.
- **GRUPO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL INTEGRADA (GIAI):** o Núcleo tem realizado a coordenação do GIAI, que é responsável pela defesa criminal em casos cuja complexidade impõe a atuação colegiada de membros da instituição, como em júris e colaboração premiada.
- **PESQUISAS:** a partir da constatação de que determinado fenômeno social necessita de melhor compreensão, o Núcleo tem elaborado pesquisas que fundamentem empiricamente as teses defensivas.
- **PEÇAS DEFENSIVAS:** o Núcleo especializado é responsável pela confecção de peças processuais em conjunto com os órgãos de execução, especialmente em temas estratégicos no âmbito da defesa penal.
- **POSICIONAMENTO TEÓRICO:** o Núcleo tem ocupado espaços em periódicos, jornais, eventos acadêmicos, etc., posicionando a defesa criminal nos debates situados nos campos penal e processual penal.
- **ATENDIMENTO AOS ACUSADOS E FAMILIARES:** o Núcleo também presta atendimento aos acusados e familiares para a efetivação do direito de defesa.
- **COMISSÕES E CONSELHOS ESTADUAIS:** o Núcleo integra diversos conselhos e comissões, representando a instituição na construção de políticas públicas e efetivação de direitos (ex.: PROTEGE).



DEFESA AGRÁRIA E MORADIA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- Em outubro de 2022, entidades que lutam pelo direito à moradia entregaram uma cópia do relatório da **Campanha despejo Zero** na Defensoria Pública. Segundo o documento, o estado está entre os que possuem o maior número de pessoas ameaçadas de despejo no país. A estimativa seria de cerca de 11 mil famílias.

- A DPE/RS participou da **primeira vistoria técnica realizada pela Comissão de Conflitos Fundiários (CCF) do Poder Judiciário**. A ocupação Vila Verde, no município de Osório, foi a selecionada para a visita, ocorrida no dia 30 de junho. No local, que é objeto de reintegração de posse já transitada em julgado, vivem cerca de 280 famílias.



- Após ação da DPE/RS, em julho, a Justiça gaúcha decidiu pela **suspensão da reintegração de posse de uma área pública no Bairro da Restinga, onde vivem 57 famílias**. A Defensoria alegou que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828 não estava sendo cumprida. Ela determinou a observância, por parte do Sistema de Justiça, de uma série de quesitos, a fim de que possam ser cumpridos os mandados de reintegração de posse em ocupações coletivas. Entre eles, está o encaminhamento dos processos para a Comissão de Conflitos Fundiários (CCF), a fim de que ela realize inspeções judiciais e audiências de mediação, como etapa prévia e necessária às ordens de desocupação coletiva. No Estado, a CCF foi criada no dia 17 de maio e ainda não havia analisado o processo da Restinga.

- A DPE/RS garantiu a **suspensão de uma reintegração de posse que afetaria 2,6 mil pessoas na chamada Vila Verde**, área ocupada entre as praias de Atlântida Sul e Mariópolis, em Osório, divisa com Xangri-lá. A ação ocorreu em março.

- No noroeste do estado, **uma mulher desempregada e seu filho de quatro anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tiveram seu direito à moradia garantidos após ação da Defensoria Pública**, em junho. Vivendo em situação de vulnerabilidade social, a família residia em uma casa de madeira, irregular e sem projeto, construída em ocupação na área verde da cidade. A mãe foi notificada por ação demolitória a deixar a residência. Porém, segundo laudos da Secretaria Municipal de Assistência Social, a família não possuiria condições de alugar um novo local para morar, ficando à mercê da vida nas ruas. Havia o risco, inclusive, de a criança ser colocada em casa de acolhimento institucional e a mãe em abrigo municipal.



- Em dois dias de mutirão, no mês de novembro de 2022, a Defensoria Pública atendeu centenas de pessoas nas cidades de Hulha Negra, Aceguá e Candiota, a fim de **regularizar os imóveis rurais** da região. O trabalho decorreu de um convênio com o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Bacia do Rio Jaguarão (CIDEJA) e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Ajuizamento de **96 petições iniciais** de ações de usucapião devido ao convênio com o CIDEJA, encerrando as cidades de Hulha Negra, Candiota e Aceguá.
- **Diversas visitas técnicas e inspeções** em ocupações e comunidades em Porto Alegre e região metropolitana.
- Participação em torno de **20 reuniões com diversos grupos de moradores de ocupações e comunidades** para buscarem soluções extrajudiciais acerca do direito à moradia.
- Participação de **66 audiências no CEJUSC - GT Conflitos Fundiários**.
- Participação em reunião conjunta no MEDIAR do Ministério Público em que discutiu **a questão de moradia na Vila Kédi**, em Porto Alegre.
- Realização de **aproximadamente 50 mutirões** organizados pela Defensoria Itinerante em diversas cidades do Rio Grande Sul, **totalizando aproximadamente 2.900 pessoas atendidas**.



DIREITOS HUMANOS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Após ação da Defensoria Pública, o **TJRS anulou a reintegração de posse que o Asilo Padre Cacicque moveu contra o Quilombo Lemos**, em novembro de 2018. A decisão foi proferida no dia 26 de maio, em segunda instância. O impasse envolvendo a área, que abriga quatro casas e cerca de 30 pessoas, já dura 15 anos.

- Após Ação Civil Pública (ACP) ajuizada em novembro de 2022 pela Defensoria Pública de Gravataí, o juiz responsável pela 4ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública da comarca deferiu o pedido para que o Município voltasse a fornecer **três refeições diárias às pessoas que buscavam o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. A decisão foi proferida em janeiro. Gravataí não oferecia alternativas de almoço à população vulnerável, como Restaurante Popular ou cozinhas comunitárias.

- Em dezembro de 2022, os defensores públicos Sérgio Nodari Monteiro e Aline Palermo Guimarães se reuniram com a **Cooperativa de Recicladores da Restinga (COOPERTINGA)** a fim de buscar uma **solução para o processo de longa data envolvendo problemas de relacionamento entre cooperados atuais, ex-cooperados e a direção**. A Defensoria Pública havia ajuizado ação, que resultou no afastamento da direção, e atuou para que o grupo solucionasse o problema de condução das questões próprias da cooperativa.



- Em junho, a Defensoria Pública de Torres teve atendido o pedido para que o Município passasse a ofertar **acolhimento à população em situação de rua durante o período de inverno**. O processo, que começou em agosto de 2020, inicialmente buscava que o Município tomasse providências para o acolhimento da população em situação de rua em função da pandemia de coronavírus. Porém, verificou-se a necessidade de uma política pública permanente de acolhimento das pessoas em situação de rua, com local para estada temporária dessas pessoas nos meses de temperaturas mais baixas (de maio a novembro), com no mínimo 20 vagas, e, nos demais meses do ano, com no mínimo 10 vagas.



- Nos meses de junho e julho, a Defensoria Pública promoveu três **rodas de conversa destinadas às pessoas em situação de rua**. O objetivo foi esclarecer o grupo sobre seus direitos e deveres, principalmente nas áreas de direito do trabalho, saúde e família, com uma linguagem acessível.

- A Defensoria Pública Regional de Santa Rosa participou, em agosto, de uma **roda de conversa em alusão ao Agosto Lilás**. A atividade foi promovida pela Rede de Proteção à Mulher e pelo Rotary Terra da Soja e foi **voltada a haitianos e venezuelanos**. No encontro, o defensor público Tarcizio Scherer Perlin explicou sobre a Lei Maria da Penha, legislação que é pouco conhecida por estrangeiros que habitam o Brasil. A atividade contou ainda com tradutores para as línguas espanhola e francesa.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES



- Realização do Evento “Direitos Humanos e Violência Policial”.

- Lançamento do **2º Boletim Especial NUDDH – Violência Policial**.
- Publicação do artigo “A violência policial a partir de dados referentes aos atendimentos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul: uma comparação entre os anos de 2021 e 2022” na 33ª Edição da Revista da Defensoria Pública.
- Participação em Audiências Públicas sobre **acesso à reunião familiar de haitianos e sobre trabalho análogo à escravidão no RS**.

- Apresentação dos dados da DPE sobre **violência policial** em reunião da CSSP da ALRS.



- **Visita** à Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Canoas e ao Departamento Médico-Legal de Porto Alegre.
- Participação no evento “**Debate sobre o Relatório do Boletim da Violência Policial**”, promovido pela UNISINOS e pela UFRGS, e no seminário “**Violência estrutural e sistema de Justiça: discussão de dados e ferramentas**”, promovido pela AJURIS.



EXECUÇÃO PENAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Com apoio da DPE, o **projeto “Notícias Lá Da Rua”**, lançado durante a pandemia, é um jornal que busca informar os apenados sobre diferentes assuntos. O periódico, produzido de forma quinzenal por voluntários, já está sendo distribuído em mais de 15 presídios do estado. As matérias abordam temas relacionados a esporte, saúde, política, curiosidades e atualidades. O informativo já teve como capa os defensores públicos Andrey Regis de Mello, Julian Dewes Abdel, Gustavo Satt Corrêa, Caroline Araújo, Juliano Ruschell, e Luiza do Carmo Martins.



- Em julho, **18 apenadas** que cumprem pena no regime semiaberto do Instituto Penal Feminino de Porto Alegre **participaram da exibição e do debate do documentário “Olha pra Elas”**. Produzido pelos jornalistas Renato Dornelles e Tatiana Sager, o filme aborda a vida de mulheres encarceradas. O evento aconteceu na sede da DPE.

- **A obrigação de comprovar união estável não é mais necessária na visita conjugal ou íntima** realizada nas unidades prisionais gaúchas. A mudança no regulamento que trata do assunto veio em resposta ao requerimento do Núcleo de Defesa em Execução Penal da DPE (NUDEP). Com isso, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) decidiu pela alteração do texto no item que orienta sobre o cadastramento de familiares em estabelecimentos prisionais, Portaria 160/2014 GAB/SUP. Com a alteração, passa-se a exigir apenas a “declaração de visita conjugal”.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- **Mutirões carcerários** de atendimento das pessoas presas realizados nos seguintes estabelecimentos prisionais: Penitenciária Estadual de Rio Grande; Penitenciária Estadual de Santa Maria; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba; Presídio Regional de Bagé, totalizando mais de 1.592 pessoas presas atendidas.

- **Inspecções prisionais** realizadas junto ao Presídio Regional de Bagé, Complexo Prisional de Canoas, Centros de Custódia Hospitalares localizados no Hospital Vila Nova de Charqueadas e de Porto Alegre, Presídio Estadual de Camaquã, Penitenciária Estadual de Rio Grande, Penitenciária de Média Segurança de Charqueadas (antiga PASC), Instituto Penal Feminino de Porto Alegre; Penitenciária Estadual do Jacuí; Penitenciária Estadual de Santa Maria, “Brete” da Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas e Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier. Também foram realizadas visitas à Clínica Vovó Luíza, na capital, a fim de verificar as condições do local e situação de alguns egressos que ali se encontram.



- **Projeto Mediação Além das Grades:** projeto-piloto a ser executado em parceria com NUDEFAM, Câmara de Mediação Familiar, Câmara de Conciliação Cível, juntamente ao Departamento de Tratamento Penal (DTP/SUSEPE), para mediação familiar e conciliação cível com demandas observadas pela equipe de tratamento penal, para ser desenvolvido tanto de forma on-line, quanto presencial, a depender das necessidades de cada casa prisional.
- **Projeto Folhear – Associação Elas Existem Mulheres Encarceradas:** desenvolvimento de atividades de formação educacional, técnica e profissionalizante para mulheres vinculadas e egressas do sistema prisional com fins de proporcionar remição da pena.
- **Projeto Humanitas 360:** tem por objetivo o desenvolvimento de atividades empreendedoras no cárcere, com a implantação de unidade(s) produtiva(s) no estado do Rio Grande do Sul, por interveniência do Instituto Humanitas360 Brasil, que contará com pessoas privadas de liberdade nos regimes fechado e semiaberto e pessoas egressas ou em livramento condicional.
- **Projeto Defensoria Aproxima:** assistência legal e visita virtual, aprovado em edital aberto pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, com a assinatura de convênio entre DPE/RS e Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para o repasse de R\$ 1,4 milhão. O projeto visa fomentar a assistência jurídica e social para mulheres e público LGBTQIA+ privados de liberdade.
- Realização de **reuniões com autoridades** de diversos órgãos do estado, no intuito de resolver a situação das pessoas recolhidas em unidades prisionais do Rio Grande do Sul e que aguardam a realização de perícias em incidente de insanidade mental. Ainda, em parceria com o NUDS, foram envidados esforços para a destinação de leitos, que não vinham sendo ocupados junto ao Hospital Vila Nova, para o atendimento das pessoas privadas de liberdade com indicação de internação de saúde mental.
- **Acompanhamento das fiscalizações da carceragem** do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP/POA) em diversas oportunidades, na condição de integrante do núcleo e do Conselho Gestor do NUGESP/RS, bem como intermediação de reuniões em parceria com o NUDS, junto ao corpo técnico e direção do núcleo, para a instalação de mais uma equipe de saúde no local.



- Realização da **1ª Reunião Ordinária de 2023 da Comissão Nacional de Execução Penal do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE)**, no prédio-sede da Defensoria Pública do Estado (DPE/RS), no dia 23 de agosto. Na oportunidade, foram abordados temas como uso de câmeras para os policiais penais, questões relacionadas as visitas sociais e íntimas, multa penal, levantamentos sobre pontos críticos que dificultam o trabalho dos defensores que atuam na área, procedimentos para apuração de prática de tortura, entre outros assuntos.

- Participação como **palestrante no Seminário Internacional “Memória e perspectiva de luta contra a violência institucional carcerária”**, realizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) nos dias 21 e 22 de agosto.

DIREITOS DAS FAMÍLIAS



ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- Em agosto, a Defensoria Pública promoveu o **mutirão “Meu Pai Tem Nome”, no Morro da Cruz**, em Porto Alegre. Na ação, encabeçada pelos Núcleos de Defesa da Criança e Adolescente (NUDECA) e dos Direitos das Famílias (NUDEFAM), além das demandas de reconhecimento de paternidade, foram encaminhadas questões na área de família (guarda, convivência paterna e alimentos), e também vagas em escolas de educação infantil. No total, 61 pessoas foram atendidas no mutirão. Desde 2022, o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) realiza a campanha nacional “Meu Pai Tem Nome”, que visa reduzir o número de casos de crianças sem registro paterno. Com o apoio das Defensorias Públicas Estaduais, são realizadas ações para reconhecimento de paternidade, realização de exames de DNA e atividades de educação em direitos, em uma programação voltada à garantia do direito à filiação.

- Em janeiro, uma ação ajuizada pela Defensoria Pública de Arroio do Meio **garantiu, a duas mães, o reconhecimento do registro biparental na certidão de nascimento da filha**, de dois anos. As mães buscaram a assistência da DPE depois de tentarem a retificação da certidão de nascimento da filha diretamente no Registro Civil, o que foi negado. Além disso, como a criança foi gerada por inseminação caseira – e, portanto, sem registro oficial – o pedido precisou ser levado à Justiça.

- Após ação da DPE/RS, a Justiça decidiu a favor de um servidor público municipal de São Borja, para que ele tivesse **redução de 50% na carga horária de trabalho, sem redução salarial**. A medida foi tomada para que o homem pudesse auxiliar nos cuidados com a filha de 14 anos, diagnosticada com paralisia cerebral e neoplasia maligna do encéfalo. A mãe da menina, que também trabalha para o Município, já havia obtido a redução de carga horária, motivo pelo qual o Executivo não havia autorizado a redução também para o pai. Como a menina é totalmente dependente de seus pais e a mãe estava sobrecarregada com essa tarefa, uma ação na Justiça foi necessária.

- A atuação da Defensoria Pública **garantiu que um jovem recuperasse a guarda das duas irmãs, de 11 e 15 anos, que haviam sido encaminhadas a um abrigo** no final de 2022, após a morte da mãe. O irmão procurou o auxílio da Defensoria Pública, que, ao verificar que o assistido não tinha nenhum

antecedente criminal ou registro infracional e possuía emprego fixo com carteira assinada, conseguiu reverter a decisão. Em 31 de dezembro de 2022, o juiz ordenou que as irmãs retornassem para a casa da família.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Realização de **1.881 sessões** pela Câmara de Autocomposição de Conflitos das Famílias (CAC-Família): **1.425 sessões de mediação**, 456 sessões de conciliação, 43 Oficinas das Famílias e 24 constelações.
- Participação em **mutirões** presenciais de atendimento ao público nos municípios de Bagé, Bento Gonçalves, Santa Maria, Rio Pardo, Caxias do Sul, São Borja, Pelotas, Sant'Ana do Livramento, Uruguaiana, Santo Ângelo e em Porto Alegre. Na capital foram realizados mutirões nos bairros Restinga, Maristas, CRAS Zona Sul, Vila Cruzeiro do Sul, Ponta Grossa e cinco mutirões na Câmara de Mediação Familiar.
- Elaboração de **cartilha informativa** com os procedimentos nas demandas de Família, com foco na adequada compreensão dos fluxos processuais e agilidade no momento de atendimento e ajuizamento.
- Participação em **evento comemorativo ao Dia Internacional das Famílias**, organizado pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.
- Realização de **reunião** com o Ministério do Trabalho e Emprego no intuito de estreitar diálogo com auditores-fiscais do trabalho em questões de direito de Família, especialmente curatelas e adoções tardias, e com a ONG Amada Helena sobre o luto parental.
- **Atendimentos e ajuizamentos** de cinco demandas na seara do direito de Família a pessoas incluídas no Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE).
- Continuidade do projeto **Mediação Além das Grades**, desenvolvido pelo Núcleo de Defesa das Famílias (NUDEFAM) e o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), em parceria com a Câmara de Autocomposição de Conflitos das Famílias (CAC-Família).
- Reunião e **apresentação da Câmara de Autocomposição de Conflito das Famílias** para Defensorias Públicas dos estados do Amazonas, Goiás e Minas Gerais.
- Realização de **Oficinas de Família**, na capital e interior do estado, com o intuito de educar em direitos e pacificar os litígios familiares, especialmente em situações de rompimento de vínculo conjugal e uniões estáveis quando no núcleo familiar constam crianças e adolescentes.
- **Palestra** em aula magna dos cursos na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), campus Carazinho, abordando Direitos Humanos e suas implicações no âmbito das relações familiares, e na UNIMED Porto Alegre, versando sobre a violência doméstica e familiar.



MULHER

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- Buscando promover a **inclusão no mercado de trabalho de mulheres vítimas de violência de gênero**, a DPE/RS e o Carrefour firmaram, em agosto, dois termos de cooperação. O primeiro engloba vagas de trabalho no próprio Carrefour e o segundo termo de cooperação estabelece a parceria entre as instituições na produção de cartilhas e ações conjuntas de educação em direitos e conscientização da população.

- O primeiro contrato de trabalho firmado a partir da **parceria feita entre Defensoria Pública e empresas de Panambi** foi assinado no início do mês de fevereiro. Uma mulher, que foi vítima de violência doméstica, participou da entrevista e foi contratada pela Cotripal, grande cooperativa agropecuária que atua na região Noroeste do estado. Além do encaminhamento para vagas, há também a oferta de cursos de formação profissionalizante, aulas de educação financeira e orientação jurídica (essa encabeçada pela Defensoria Pública). O termo de cooperação foi assinado em dezembro de 2022 e é o primeiro convênio nesses moldes de atuação.

- Em agosto, a Defensoria entregou materiais de higiene, roupas, roupas de cama, brinquedos, sapatos, maquiagens e acessórios à Casa de Apoio Viva Maria. O local é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Um dos objetivos da doação, além do auxílio material, foi estimular a autoestima das mulheres abrigadas. Semanalmente, elas realizam o “dia da beleza”, em que cada uma se ajuda, fazendo unhas, cabelo e maquiagem. O que era hábito, agora as une e as fortalece como grupo.



- Em maio, a Defensoria Pública e o SEG Cursos Técnicos lançaram o **Projeto Recomeçar, uma iniciativa que visa proporcionar às vítimas de violência doméstica uma nova oportunidade para retomarem sua autonomia econômica e social**, por meio da oferta de bolsas de estudo integrais em cursos técnicos para mulheres de diversas localidades do Rio Grande do Sul.

- Em março, a Defensoria Pública, por meio do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) e do Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), realizou um **evento para debater o machismo estrutural e as dificuldades que são encontradas pelas mulheres para denunciar violências**. Além de palestras, foi exibido o documentário “Olha pra Elas”, que mostra a rotina de mulheres que vivem o drama do cárcere e a separação dos filhos.



- No mês de março, a DPE/RS atendeu cerca de 30 pessoas em ação que envolveu outras 16 instituições das áreas de Justiça, Segurança, Saúde e Assistência Social. O evento ocorreu na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde foi realizada palestra sobre violência contra a mulher e seus impactos na saúde mental e trabalho e oferecidas sessões de terapias integrativas, como reiki e barra de access.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Elaboração de cartilhas “**Precisamos falar sobre Violência contra as Mulheres**” e “**Violência de Gênero**” com conteúdo informativo a respeito das diversas formas de violência contra meninas e mulheres.
- **Mutirão presencial**, com participação do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM), Núcleo de Defesa da Saúde (NUDS) e Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (IMAMA), prestando orientações a respeito de questões/ações para acesso ágil e adequado ao diagnóstico e ao tratamento do câncer de mama e saúde em geral de meninas e mulheres.
- Participação em mutirão alusivo aos **21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher**.
- Participação em reunião visando à celebração de **Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e diversas Instituições, dentre elas, a Defensoria Pública**, com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas ao combate à violência de gênero e raça e ações de conscientização e educação de funcionários e membros do Sistema de Justiça com perspectiva gênero e raça.



SAÚDE

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- A DPE/RS foi uma das signatárias do **termo de cooperação para doação de órgãos e tecidos para transplante**, que prevê fluxos organizativos para ações envolvendo alvará judicial de autorização. O documento foi assinado em dezembro de 2022.

- Também em dezembro de 2022, durante o plantão do recesso forense, a Defensoria garantiu o **transplante de órgãos para três pacientes** que aguardavam na fila de espera. Como o doador não possuía familiares, foi necessário ajuizar uma ação de autorização, que foi deferida pela Justiça.

- Em Alegrete, a Defensoria Pública conseguiu, **em menos de 48 horas, o transporte para um paciente com suspeita de câncer, que precisava realizar um exame de urgência**. Por ser vulnerável, ele não possuía condições de arcar com os custos do deslocamento, mesmo com o exame marcado. O caso ocorreu em abril.

- A Defensoria Pública de Ijuí ajuizou, no dia 3 de maio, uma Ação Civil Pública (ACP) solicitando **esclarecimentos e providências quanto à demora na realização de cirurgias e consultas de traumatologia e ortopedia pelo Sistema Único de Saúde (SUS)** nos hospitais credenciados da região. No despacho, o juiz responsável pelo processo determinou que o Estado prestasse os esclarecimentos necessários. As denúncias de demora nos atendimentos aconteciam há bastante tempo na cidade, o que motivou a criação, em 2017, de uma Comissão Especial para tratar da saúde pública na Câmara de Vereadores de Ijuí.

- Em junho, a **Defensoria Pública conseguiu que um bebê de Três Passos fosse internado em uma UTI neonatal**. Ele aguardava um leito desde o nascimento e, mesmo com decisão favorável da Justiça, proferida no dia seguinte, a transferência para UTI só ocorreu na noite do quarto dia.

- A Defensoria Pública do RS, após Ação Civil Pública (ACP), realizou um acordo com o Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) para garantir **acesso gratuito aos assistidos que precisassem de cópia do prontuário de atendimento**. O acordo foi firmado após sessão de mediação, realizada em junho, entre os representantes da Associação Hospitalar e a defensora pública Daniele da Costa Lima.

- Em março, a Defensoria Pública realizou uma **inspeção nos Centros de Custódia Hospitalar do Hospital Vila Nova, em Charqueadas e Porto Alegre**. O objetivo foi verificar a estrutura física dos locais e as condições de atendimento aos apenados e de trabalho dos policiais penais e da equipe assistencial. A inspeção foi coordenada pelos Núcleos de Defesa em Execução Penal (NUDEP) e de Defesa da Saúde (NUDS).



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Criação do **Manual Prático de Atuação em Saúde**, visando uniformizar a atuação em Saúde. Com esse intuito também foi atualizado o material de apoio em direito à Saúde disponibilizado junto à plataforma EAD da Defensoria Pública.
- Curso de **capacitação aos novos defensores públicos** empossados. Além de emissão de orientações e informativos aos defensores públicos e servidores, ao longo do ano, com fim específico de qualificação em direito à Saúde.
- O núcleo participou de **9 mutirões pelo estado**, prestando atendimento e apoio aos assistidos.
- O núcleo fez mais de **350 orientações** a defensores públicos.
- Instauração de um protocolo de intenções, por meio de portaria, com intuito de **criar fluxos desburocratizados entre as entidades signatárias (PGE/RS e DPE/RS)**, visando a resolução extrajudicial, inclusive em demandas relacionadas a tratamentos para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), juntamente com o NUDECA.
- **Atualização constante de laudos e lista de documentos específicos** às situações mais peculiares, considerando, inclusive, pareceres do NATJUS.
- **Auxílio farmacêutico** – o NUDS conta com uma analista farmacêutica e um servidor farmacêutico, possibilitando maior suporte técnico aos defensores públicos.
- O NUDS participou de **diversos eventos**, dentre eles 44 reuniões externas, 13 reuniões internas, 41 representações institucionais e 9 mutirões, sempre visando o diálogo e a construção de soluções efetivas nas matérias relacionadas à Saúde.
- Foram elaboradas, em conjunto com outros núcleos, **cartilhas sobre temas relevantes e atualizadas as cartilhas já existentes** com informações e orientações aos defensores, servidores e público em geral.
- O núcleo enviou **73 ofícios** almejando informações e soluções extrajudiciais.



**IGUALDADE
ÉTNICO-RACIAL**

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- Totalizando R\$ 68 milhões, 883 bolsas de estudo e permanência para cursos de graduação e pós-graduação foram concedidas a pessoas negras como fruto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre Defensoria Pública, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União (DPU) e Grupo Carrefour. A concessão de bolsas é apenas uma das ações afirmativas

previstas no TAC, que inclui ainda investimentos em ações de enfrentamento ao racismo, em redes incubadoras e aceleradoras de empreendedores negros, em campanhas educativas e projetos sociais e culturais. Em junho, 30 alunos negros matriculados em cursos de graduação de faculdades particulares de Porto Alegre foram beneficiados com bolsas de estudos no valor de R\$ 1 mil mensais.

- Em outubro de 2022, a Defensoria Pública emitiu uma **nota repudiando o episódio de racismo** perpetrado contra o músico Seu Jorge, em show realizado na capital.
- Em Canguçu, a Defensoria Pública emitiu uma **Recomendação para que a Câmara de Vereadores do Município adotasse medidas punitivas contra o vereador Francisco Vilela** por falas racistas contra uma servidora municipal. O caso ocorreu em sessão realizada no dia 5 de junho.
- Em sessão realizada no dia 2 de março, a **Câmara de Vereadores de Caxias do Sul aceitou o pedido de cassação do vereador Sandro Fantinel feito pelas Defensorias Públicas Estaduais do Rio Grande do Sul e da Bahia**. O parlamentar havia aconselhado agricultores, produtores e empresários do setor agrícola a não contratarem pessoas da Bahia e as definiu como “um povo que vive na praia tocando o tambor” e “acostumado com carnaval e festa”.
- A Defensoria Pública de São Luiz Gonzaga **garantiu que uma mulher aprovada em 1º lugar em concurso público, nas vagas destinadas a cotas raciais, recebesse a indenização devida** em função da nomeação tardia pela Prefeitura de Bossoroca. O recurso teve parecer favorável no final de março e a decisão transitou em julgado no dia 16 de maio.

- A Defensoria Pública participou, em maio, do evento **“Meu Corpo, Meu Território”**, em Tenente Portela. O encontro foi promovido pelas Mulheres Indígenas Kaingang do Grupo de Trabalho Guarita pela Vida, do qual a DPE/RS faz parte. Cerca de mil pessoas estiveram acompanhando palestras e painéis, que tiveram o objetivo de construir redes de proteção e cuidado aos povos indígenas. Além disso, também foram realizadas atividades de apoio jurídico e social e apresentações culturais.



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- **ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS E JUDICIALIZAÇÃO:** o Núcleo atua no atendimento às vítimas de discriminação e violência étnico-racial, realizando a devida orientação e promovendo, quando necessário, ações individuais e coletivas para a reparação dos danos.
- **ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL:** o Núcleo busca a conscientização da população e das minorias étnicas acerca dos direitos e garantias constitucionais relacionados à eliminação de práticas discriminatórias.
- **PARECERES:** o Núcleo elabora pareceres a fim de subsidiar a atuação de defensores e defensoras públicas.
- **APERFEIÇOAMENTO:** o Núcleo estabelece constante debate para compreensão dos temas relacionados às relações étnico-raciais.
- **PEÇAS DEFENSIVAS:** o Núcleo é responsável pela confecção de peças processuais em conjunto com os órgãos de execução, especialmente em temas estratégicos no âmbito da proteção dos grupos étnico-raciais.
- **PESQUISAS:** a partir da constatação de que determinado fenômeno social necessita de melhor compreensão, o núcleo tem elaborado pesquisas que fundamentem empiricamente as teses jurídicas.
- **POSICIONAMENTO TEÓRICO:** o Núcleo tem ocupado espaços em periódicos, jornais, etc. posicionando a instituição em debates relacionados aos históricos conflitos raciais e pluriétnicos no país.
- **COMISSÕES E CONSELHOS ESTADUAIS:** o Núcleo integra Conselhos e Comissões Estaduais e Municipais, representando a instituição na construção de políticas públicas.



PESSOA IDOSA

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- **Um idoso de 60 anos obteve seu primeiro registro civil** por meio de ação da Defensoria Pública. O caso foi atendido na Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento, em Porto Alegre, no mês de junho. O homem permaneceu boa parte de sua vida em situação de rua e não teve acesso à documentação civil. Com isso, não frequentou escola, trabalho formal e jamais acessou algum tipo de benefício assistencial. Agora, **com o documento em mãos, o idoso busca reconhecer os filhos, casar, trabalhar e solicitar inclusão no Bolsa Família.**
- Em junho, a defensora pública Luiza Garcia participou de um **evento alusivo ao Dia Mundial de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa**, em São José do Norte. O convite foi feito pelo Conselho Municipal do Idoso com a presença de mais de 60 pessoas idosas. No evento, que ocorreu na sede do Ministério Público da cidade, a defensora falou, entre outras coisas, sobre os tipos de violência existentes contra pessoas idosas, especialmente a violência patrimonial decorrente de empréstimos consignados fraudulentos. Ela destacou, por exemplo, como é feito o trabalho da Defensoria Pública na resolução dessas questões.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES



- Promoção de dois **mutirões de atendimento destinados exclusivamente às pessoas idosas** em Porto Alegre, com cerca de 200 pessoas atendidas.
- **Visita e atendimento** às moradoras da instituição de longa permanência de idosos Lar das Vovozinhas, em Santa Maria.
- Elaboração e **lançamento da versão em áudio livro** da cartilha “Direitos das Pessoas Idosas” da Defensoria Pública.
- Realização de 9 edições da **Oficina de Direitos da Pessoa Idosa**, com mais de 525 inscritos, tendo sido estabelecida parceria com diversos CRAS e CREAS para fins de transmissão da oficina a outros municípios do estado.
- Foram ministradas **21 palestras de educação em direitos** em instituições de longa permanência, escolas, eventos culturais, etc., nos municípios de Porto Alegre, Santa Maria, Santa Cruz, Agudo, Vera Cruz, Santo Ângelo, Herval, bem como ministrada palestra a respeito da Defensoria Pública no VIII Fórum Social Mundial da População Idosa.

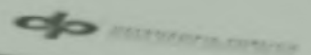
- Promoção de campanha em prol da **destinação de imposto de renda** aos fundos de direitos das pessoas idosas.
- Atuação para a **disponibilização de vagas a pessoas idosas** em instituições de longa permanência.
- Atuação extrajudicial para **evitar a imposição de acompanhante** a pessoas idosas em hospitais como condição para prestação do atendimento.
- **Capacitação de profissionais da área da saúde** em relação ao encaminhamento de casos de violência contra a pessoa idosa e publicação de capítulo no livro de autoria coletiva denominado “Combate à violência contra a pessoa idosa”.
- **Atendimento** a pessoas idosas institucionalizadas ou vítimas de violência.

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



POPULAÇÃO LGBTQIA+

IDENTIDADE
TRANS



ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES



- Mais de 70 pessoas foram atendidas no **mutirão alusivo ao Dia do Combate à LGBTfobia**, promovido pela Defensoria Pública no dia 17 de maio. A ação foi realizada pelo Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI) e a Defensoria Itinerante. A unidade móvel da DPE esteve no Largo Glênio Peres prestando atendimento, auxiliando em dúvidas e distribuindo cartilhas ao público.

- A DPE, por meio do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI), participou do **lançamento da Frente Parlamentar pela Diversidade da Assembleia Legislativa**. O objetivo da Frente é colaborar na promoção da inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, gênero, orientação sexual, deficiência, raça, etnia, origem e religião, sendo um espaço de acolhimento, debates e construção de propostas que façam o enfrentamento às desigualdades.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Realização do **Grupo de Estudos sobre LGBTIA+** promovido pela FESDEP, em parceria com a Ouvidoria e o NUDIVERSI.
- Lançamento de **cartilha em alusão ao Dia Internacional da Visibilidade Intersexo**, em colaboração com a Associação Brasileira Intersexo (ABRAI) e atualização da cartilha Glossário da Diversidade.
- Proposição de **ação de combate a ISTs nas comarcas e sedes das Defensorias do estado**, com distribuição de fôlderes e preservativos.
- Realização da **1ª Pesquisa Interna do NUDIVERSI**, realizada de forma online com o objetivo de apurar como as pautas LGBTQIA+ são compreendidas pelos colaboradores da Defensoria e traçar possibilidades de atuação.

- Apresentação da Dirigente do NUDIVERSI no XV CONADEP (Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos), com a prática exitosa finalista **“Defensoria Pública e a retificação de registro civil de pessoas não-binárias”**.
- Publicação do artigo **“O reconhecimento da não-binariedade de gênero a partir da atuação da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul”** na 33ª Edição da Revista da Defensoria Pública.



- **Mutirão de atendimento** na 16ª Parada de Luta LGBTQIA+.

- Na área criminal, orientações sobre a **utilização do Formulário Rogéria**, do CNJ, para registro de casos de LGBTfobia, orientações e petições sobre o **uso do nome social de assistidas trans** em processos judiciais e elaboração de tese de atenuante genérica em razão da **vulnerabilidade da população trans**.
- **Presença em live** promovida pela ONG Nuances sobre linguagem neutra, além da participação em reuniões e solenidades.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Em agosto, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, sancionou a Lei nº 13.596/23, que permite a **apresentação da carteira de identidade como meio de prova para atestar deficiência permanente física, intelectual, auditiva ou visual, bem como o Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. O projeto havia sido proposto por meio do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência (NUDEPED) e foi aprovado pelos parlamentares em julho.
- Também em agosto, os vereadores de Carazinho aprovaram o projeto de lei que permite a **apresentação da carteira de identidade como meio de prova de uma deficiência permanente para a solicitação de serviços públicos**, a exemplo do que ocorreu na capital. Na nova carteira, é possível incluir a informação da condição de saúde por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID) e do símbolo respectivo.
- A Defensoria Pública de Sobradinho obteve, em novembro de 2022, parecer favorável em Ação Civil Pública (ACP) que solicitava o **atendimento integral de crianças com deficiência em instituições públicas** do município. A ACP abrange crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Hidrocefalia, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral Quadriplárgica Espástica e Dispraxia.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES



- Mutirão de **orientação e emissão de documentos para pessoas com deficiência** realizado em parceria com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS (FADERS), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE) e com o IGP.
- **Curso de formação** dos novos defensores públicos – Apresentação do NUDEPED e CPAI.

- Lançamento da cartilha **“Anticapacitismo para Crianças”** e atualização da cartilha **“Nada Sobre Nós sem Nós”**.
- Participação do ato de sanção da lei que inclui **mês de valorização e defesa das pessoas com nanismo**.
- Curso online **“Inclusão e diversidade de corpos: construindo acessibilidades”** em parceria com a CPAI.
- **Reuniões ordinárias** com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE).
- **Respostas a consultas de comarcas do interior** acerca de dúvidas sobre demandas das pessoas com deficiência.
- Questionamentos às empresas de transporte da capital acerca de **denúncias de falta de acessibilidade**.



AMBIENTAL

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Em março de 2023, a Defensoria Pública participou da 23ª Expodireto Cotrijal, uma das maiores e mais importantes feiras de agronegócio do país. No evento, a instituição, por meio de defensores públicos, ministrou uma palestra sobre sustentabilidade, intitulada “Exposições de práticas na área de direito ambiental”.



- No mesmo evento, a Defensoria Pública, o Governo do Rio Grande do Sul e a Federação das Associações dos Municípios do Estado do RS (FAMURS) firmaram **termo de cooperação que buscará promover ações de defesa do meio ambiente, da sustentabilidade e do direito ao saneamento básico para famílias em vulnerabilidade**. Os signatários terão a responsabilidade de elaborar e executar editais, projetos e atividades conjuntas, além de promover a divulgação e, no caso da FAMURS, orientação dos municípios para auxiliar no engajamento e no desenvolvimento das iniciativas. A partir desse documento assinado, o programa será expandido através do Programa Avançar, do Governo do RS, com investimentos em saneamento básico para famílias em vulnerabilidade. A construção do termo se deu a partir de uma parceria entre a Defensoria Pública de Carazinho, por intermédio da defensora pública Daniele da Costa Lima, e estudantes do curso de arquitetura da Ulbra, que buscaram auxiliar pessoas de baixa renda do município em ações de saneamento básico. Até o momento, 40 famílias já foram atendidas.

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Reuniões e atendimentos presenciais para tratar de **assuntos relativos aos cooperados da COOPERTINGA**. O galpão da unidade, onde é realizado trabalho de reciclagem, foi destruído por conta de um incêndio. O espaço é fonte de renda para 48 famílias da região.

- Participação no **Ato de Instalação da Frente Parlamentar dos Catadores de Materiais Recicláveis**.

- Participação no evento de assinatura do termo de compromisso para o início das **obras da nova usina de etanol no Rio Grande do Sul**.
- **Defesa administrativa** junto ao Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA) de um **assistido da Defensoria Pública em processo envolvendo infração ambiental** em reserva ambiental no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão.
- Orientação jurídica e jurisprudencial à Defensoria de Gaurama no **caso de um canil em más condições, no município de Áurea**.
- **Orientação jurídica e jurisprudencial de um assistido**, que recebeu notificação extrajudicial do Ministério Público, durante tramitação de inquérito civil, por supostamente ter praticado dano ambiental no corte de árvores nativas.
- Orientação jurídica e jurisprudencial referente a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) sobre **legislação municipal vedando hidrelétricas** em município gaúcho.
- **Orientação jurídica** sobre ajuizamento de portaria de instauração de Procedimentos para Apuração de Dano Coletivo (PADAC)
- **Ofício ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU)** de Porto Alegre, solicitando a lista atual de cooperados, visando reforçar o trabalho da Defensoria Pública junto a eles.

POR DENTRO DA DEFENSORIA

Carta de Serviços



Conselho Superior

Reuniões ordinárias: **12**

Editais: **5**

Reuniões extraordinárias: **2**

Decisões: **9**

Resoluções: **11**

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Realização do **procedimento de formação da lista tríplice e escolha ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado** para o biênio 2023-2025.
- Homologação do Resultado Final do **VI Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público** do Estado do Rio Grande do Sul.
- Publicação da **Resolução CSDPE nº 06/2023**, que regulamenta e dispõe sobre o planejamento e execução do plano para promoção dos Direitos Humanos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Corregedoria-Geral

PROJETOS

- **CORREGEDORIA AO TEU LADO:** norteadores estratégicos: manter aproximação com quadro de apoio institucional, padronização das práticas e rotinas administrativas, valorizando talentos, fluxos de trabalho, inovações legislativas, capacitações temáticas, fomento de práticas que promovam o acesso à justiça e à efetivação dos direitos humanos, em busca da concretização da missão institucional e valorização do quadro de colaboradores.

Valorização de talentos: visa favorecer a qualidade de vida e de trabalho do quadro de colaboradores, minimizar erros administrativos mediante a disseminação de conhecimento, otimizar e padronizar as rotinas institucionais, qualificando a prestação do serviço e promovendo sentimento de efetivo pertencimento do grupo de colaboradores com a instituição.

Foco na Equipe de Apoio: empatia, acolhimento, respeito.

Diretrizes do trabalho nos limites da CGDPE: Encontro Virtual com servidores (analistas, técnicos e CC's), com o foco no alinhamento das dinâmicas de trabalho com o quadro de apoio.

Aplicação do projeto nas Defensorias Regionais.

- **BEM-ESTAR DPE:** relatório da Psicologia que avalia os vitaliciandos e alerta para visíveis desgastes suportados pelos defensores que ingressam na carreira.

Visa minimizar os danos e riscos apontados no relatório para propiciar escuta e acolhimento aos problemas referidos nas avaliações psicológicas e posterior alcance de medidas aptas a minimizar o problema pautado.

Foco: Defensores Públicos em Vitaliciamento (saúde mental).

- **AValiação DO DESEMPENHO FUNCIONAL NO VITALICIAMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - ADAPTAÇÃO DA NORMATIVA DAS CORREGEDORIAS:** apresentação, ao Conselho Nacional de Corregedoras e Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG).

Criada a Comissão de Corregedores-Gerais de vários Estados para estudo do tema.

- **PODER DE REQUISIÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS E PROVIMENTO Nº 18/2012 DO CNJ:** postulação de providências no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para mudança de normativa para fornecimento de certidão de existência/inexistência de testamento pré-processo.

- **LEGISLAÇÃO MAGISTÉRIO:** adequação das normas vigentes ao entendimento do Conselho Nacional de Corregedoras e Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG).

- **PLANO DE ATUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:** interlocução com a sociedade civil para finalização do plano.

Processo disciplinares

Averiguações Preliminares (defensores públicos): **16**

Averiguações Preliminares (servidores públicos): **2**

Averiguações Preliminares (Defensorias Regionais): **0**

Sindicâncias (defensores públicos): **1**

Sindicâncias (servidores públicos): **2**

Processos Administrativos (defensores públicos): **0**

Processos Administrativos (servidores públicos): **0**

Inspeções e correições

Inspeções: **7**

Correições: **21**

Visitas de orientações: **20**

Orientações escritas para defensores e servidores: **8**

Orientações gerais DPE/RS: **4**

Recomendações para defensores e servidores: **10**

Provimentos, ofícios circulares e orientações conjuntas

Provimentos: **4 (2 não consolidados)**

Ofícios circulares: **0**

Orientações conjuntas: **0**

Vitaliciamento

Expediente Vitaliciamento: **30**

Avaliações Preliminares: **16**

Visita de Orientação: **0**

Relatórios Semestrais: **23**

Correições Anuais: **20**

Relatórios Finais: **12**

Pareceres: **170**

Despachos Ordinários: **102**

Análise de Justificativa para não Interposição de recursos ou de não apresentação de revisão criminal: **154**

Certidões: **242**

Ofícios: **48**

Memorandos: **25**

Voto (Conselho Superior): **2**

Análise de propostas de alteração de atribuições e criação de Defensorias Públicas: **14**

Ligações telefônicas recebidas: **388**

Visitas na Corregedoria: **60**

E-mails: **746 e 142 respostas com orientações**

Reuniões: **188**

Ouvidoria-Geral

5.134

atendimentos

1.542

protocolos novos
(abertura de expediente administrativo)

Canais de manifestação

E-mail: **2.507**

Telefone: **1.146**

Presencial: **1.480**

Carta: **1**

Tipos de manifestação

Pedidos de informação: **2.507**

Reclamações: **1.146**

Sugestões: **1.480**

Elogios: **1**

Denúncias: **2.507**

Solicitações: **1.146**

Solicitação de antecipação de
agendamento: **1.480**

Outros: **1**

A Ouvidoria atua em diálogo com diversas entidades e movimentos sociais, destacando-se organizações do movimento negro, movimento de mulheres, de indígenas, quilombolas, povos de terreiro, do movimento LGBTQIA+, movimento de luta pela moradia, pessoas com deficiência, entre outros, auxiliando no acesso desses grupos organizados aos Núcleos Especializados e Diretorias Regionais das unidades da Defensoria Pública do Estado, para apresentar suas demandas e viabilizar o atendimento a esses grupos da sociedade civil organizada e à população de grupos vulneráveis.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- Organização de **Grupo de Estudos sobre LGBTQIA+** (agosto de 2022 a janeiro de 2023).
- **Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias** com movimentos sociais e representações das Defensorias Públicas dos Estados e da União sobre a efetivação da ADPF 828.
- Participação em reuniões e sessões do **Comitê Estadual contra a Tortura do Rio Grande do Sul** e do **Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul**.
- **Promoção da Conferência Livre de Acesso à Justiça e Direitos Humanos**, no Instituto Josué de Castro, no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão-RS.

- Reunião do **Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas** e do **SubGT de Acesso à Justiça** da equipe de transição do Governo Federal.
- Participação em Plenária do **Grupo Técnico de Desenvolvimento Agrário** do Gabinete de Transição Presidencial do Governo Federal.
- Participação nas reuniões da **Campanha Despejo Zero**.
- Participação no **Encontro do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas**, em Rio Branco/AC.
- **Reuniões de avaliação e planejamento para a Ouvidoria-Geral da DPE/RS**, com organizações que atuam com Povos Originários e comunidades tradicionais, Movimento de Luta por Moradia, com a Via Campesina, Movimento de Mulheres, Movimento LGBTQIA+, Movimento Negro e com Conselhos Estaduais de Direitos.
- **Posse do novo Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado**, o advogado popular e pesquisador Rodrigo de Medeiros Silva (10 de abril de 2023).
- **Promoção da Conferência Livre: Direitos Humanos e Empresas**, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em Porto Alegre/RS.
- Participação no **Seminário sobre o Trabalho Análogo à Escravidão**, na Universidade La Salle, em Canoas/RS.
- Participação no **Encontro do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas**, no Rio de Janeiro.
- **Participação nas Comissões de Ingresso** para pessoas negras e para pessoas com deficiências do último concurso para defensores públicos.
- Participação na **Audiência Pública sobre o abastecimento de água na aldeia indígena Tekoá Porã**, em Salto do Jacuí/RS.

Acompanhe o trabalho da
Ouvidoria-Geral no Instagram:
[instagram.com/ouvidoriadpers](https://www.instagram.com/ouvidoriadpers)



Escaneie o QRCode para acessar
os Relatórios Semestrais da
Ouvidoria da DPE/RS.



Assessoria de Comunicação Social

527

entrevistas com defensores
públicos na imprensa

684

matérias publicadas
no site institucional

681

matérias publicadas na intranet
(site interno)

2.480

inserções na mídia



*Mais de 1,8 mil postagens no Instagram,
Facebook e Twitter*

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESTAQUES

- **47 vídeos** especiais publicados no youtube.
- Produção e edição de **14 cartilhas** desenvolvidas em parceria com os Núcleos Especializados da instituição.
- Edição, diagramação e padronização de **12 boletins informativos** mensais enviados pelos Núcleos Especializados a defensores, servidores e público externo.
- **73 comunicados internos** enviados via lista de transmissão para defensores e servidores.

- **Produção de vídeos especiais** para datas comemorativas e temas relacionados ao trabalho da Defensoria Pública.
- Reforço da presença em redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube, Spotify, Twitter), com **aumento significativo de seguidores**.
- **Organização de grandes eventos** (XXVI, XXVII e XXVIII Encontros Estaduais de Defensoras e Defensores Públicos).
- **Aprimoramento e expansão** da comunicação interna e externa.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL